

LEI Nº 807/2022, DE 11 DE MARÇO DE 2022.

Institui o Plano Municipal Intersectorial pela Primeira Infância do Município de Chorozinho – PMIPI, e adota outras providencias.

O EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE CHOROZINHO/CE, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Chorozinho aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal Intersectorial pela Primeira Infância de Chorozinho – PMPI, com vigência até 2031, na forma do anexo, conforme Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. O Plano Municipal Intersectorial pela Primeira Infância de Chorozinho tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos, enquanto sujeito de direitos, de acordo com o princípio da proteção integral à criança, previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º. São princípios do Plano Municipal pela Primeira Infância de Chorozinho:

- I. criança como sujeito de direitos;
- II. diversidade étnica, cultural, de gênero e territorial;
- III. visão da integralidade da criança;
- IV. inclusão;
- V. integração das ações;
- VI. participação, transparência e gestão democrática;
- VII. prioridade dos recursos orçamentários.

Art. 4º. As ações finalísticas do Plano Municipal pela Primeira Infância, constantes do anexo desta lei, versarão sobre os seguintes temas:

7

- I. criança com saúde;
- II. educação infantil;
- III. família e a comunidade da criança;
- IV. assistência Social às crianças e suas famílias;
- V. acolhimento institucional, família acolhedora e adoção;
- VI. do direito de brincar e ao brinquedo de todas as crianças;
- VII. criança e o espaço: a cidade e meio ambiente;
- VIII. atendendo a diversidade;
- IX. enfrentamento às violências contra as crianças;
- X. assegurando o documento de cidadania a todas as crianças;
- XI. protegendo as crianças contra a pressão consumista;
- XII. controlando a exposição precoce aos meios de comunicação;
- XIII. evitando acidentes na primeira infância.

Art. 5º. As ações finalísticas previstas neste plano serão executadas de forma integrada pelas respectivas Secretarias Municipais, sob a coordenação da Comissão Coordenadora de Implementação e Execução do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI de Chorozinho.

Art. 6º. Fica criada a Comissão Municipal de Implementação e Execução do Plano Municipal Intersetorial pela Primeira Infância – PMIPI de Chorozinho, composta dos segmentos públicos, governamentais e não governamentais:

- a) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) 01 (um) Representante Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01 (um) Representante Secretaria Municipal de Assistência Social;
- d) 01 (um) Representante Secretaria Municipal de Esporte e Cultura;
- e) 01 (um) Representante do Conselho Tutelar;
- f) 01 (um) Representante Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- g) 01 (um) Representante Ministério Público;
- h) 01 (um) Representante Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

- i) 01 (um) Representante Pai ou Mãe de crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos;
- j) 01 (um) Representante Organizações Não Governamentais com atuação na área da Primeira Infância.

§1º Os membros da Comissão do Plano Municipal Intersetorial pela Primeira Infância serão nomeados por meio de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§2º A Comissão Municipal de Implementação e Execução do Plano Municipal Intersetorial pela Primeira Infância – PMIPI de ChoroZinho terá um(a) Coordenador(a) Geral nomeado(a) por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. O monitoramento das ações do (PMIPI), será anualmente, em reuniões ordinárias do CMDCA, com a participação da Comitê Pela Primeira Infância do Município, para avaliar os avanços e dificuldades enfrentadas na execução do Plano.

Art. 8º. O Poder Executivo Municipal assegurará os recursos financeiros, materiais e de pessoal necessários ao cumprimento do Plano Municipal pela Primeira Infância de ChoroZinho – PMPI.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que tratam este artigo serão previstos nos Planos Plurianuais, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Municipais nos exercícios em que o PMIPI estiver vigente, garantindo recursos suficientes a sua implementação e efetivação.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL, em 11 de março de 2022.


FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Resolução Nº 001/2022

Dispõe sobre o Plano Municipal da Primeira Infância

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chorozinho - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Municipal, considerando a decisão do Colegiado em Reunião Geral Extraordinária realizada em 01 de março de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º. – Aprovar o Plano Municipal da Primeira Infância.

Art. 2º. – Estabelecer que o presente Plano Municipal seja configurado como Diretriz para a elaboração e execução de Políticas Públicas voltadas à atenção de crianças de 0 a 6 anos.

Art. 3º. – Esta Resolução Normativa entra em vigor, na data de sua publicação.

Chorozinho, 08 de março de 2022


Francisco Erikson de Moraes Lima
PRESIDENTE DO CMDCA

Conselheiros Municipais:

Dr Erikson de Moraes Lima

J. Jairo G. Santos.

Acimunda Rivani dos Santos.

Neidiane Oliveira da Silva

Regina

Francisco Marlon de Souza

Marlene Almeida da Silva Albano.

Mauro de Souza Loureiro.

PLANO INTERSETORIAL DA **PRIMEIRA** **INFÂNCIA** 2022 - 2031

GESTÃO MUNICIPAL

FRANCISCO DE CASTRO MENEZES JÚNIOR

Prefeito Municipal

LUÍS ALBERTO BRAGA DE FREITAS

Vice-Prefeito Municipal

ALINE FREITAS DIÓGENES MENEZES

Secretária do Trabalho e Assistência Social

ANTÔNIO MAICON DA SILVA ALBANO

Secretário do Desenvolvimento Econômico **(Respondendo)**

ANTÔNIO MAICON DA SILVA ALBANO

Chefe de Gabinete

ANTÔNIO MAICON DA SILVA ALBANO

Secretário Desporto e Juventude **(Respondendo)**

ANTÔNIO MAICON DA SILVA ALBANO

Controlador Geral do Município

ARLINEUSA RODRIGUES DE MATOS

Coordenadora do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS

CÉLIA MARINHO ALBANO

Secretário da Educação

FERNANDO ANTÔNIO BRAGA DE FREITAS

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

FRANCISCA MARINHO ALBANO

Procuradoria Geral do Município

FRANCISCO FÁBIO SANTIAGO

Secretário da Cultura e Turismo

FRANCISCO MARINHO DOS SANTOS

Secretário da Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos

FRANCISCO MARINHO DOS SANTOS

Secretário da Finanças **(Respondendo)**

FRANCISCO REGINALDO HOLANDA ALBANO

Chefe dos Transportes

FRANCISCO WELLINGTON FIGUEIREDO DE FREITAS

Chefe do Setor Tributário

HONÓRIO FELIPE SANTIAGO DE SOUSA

Presidente da Comissão de Compras

FRANCISCO JAIRO GONÇALVES DOS SANTOS

Técnico de Gestão

LUIZA CARMEM DE FREITAS MENEZES BESSA

Secretário da Saúde

MARIA CLEIDE DOS SANTOS MARINHO

Diretora Administrativa do Fundo de Previdência

MARIA DE LOURDES GOMES DA SILVA AMÂNCIO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

OLENIRA MARIA DE MATOS BERNARDO

Diretora do RH

RAIMUNDA RIVANI ALVES BATISTA

Divisão de Convênios e Contratos

SELMA MARINHO ALBANO

Tesoureira

VIRGÍNIA SABINO MACHADO LIMA

Secretária da Administração

MEMBROS DO COMITÊ DA PRIMEIRA INFÂNCIA

REPRESENTATIVIDADE	NOME
CMDCA	TITULAR: Dalva Maria de Lima SUPLENTE: Maria Romênia Silva Negreiros
CONSELHO TUTELAR	TITULAR: Igor da Silva Albano SUPLENTE: Antonia Torres de Oliveira
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	TITULAR: Áquila Vinicius da Silva SUPLENTE: Edianne da Silva Cosme
SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS	TITULAR: Cosmo Vital Lino SUPLENTE:
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	TITULAR: Ozivan Ármario da Silva SUPLENTE: Irene Martins de Sousa
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	TITULAR: Judite Holanda Lima de Freitas SUPLENTE: Hérica Patricia dos Santos Lima
SECRETARIA DE SAÚDE	TITULAR: Angélica Carmen Santiago de Sousa SUPLENTE: Mariluce Almeida da Silva Albano
SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	TITULAR: Regivânia dos Santos Silva SUPLENTE:

SUMÁRIO

1.APRESENTAÇÃO.....	06
2.INTRODUÇÃO.....	07
3.CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	10
4.DESAFIOS E MUDANÇAS.....	11
5.PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	12
6. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA	14
7. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL.....	16
7.1 SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	16
7.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	18
7.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	21
7.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	22
7.5 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	26
8. INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFANCIA	27
9. AÇÕES FINALÍSTICAS DO MARCO LÓGICO.....	59
9.1 SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	59
9.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	74
9.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	95
9.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	99
9.5 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	103
10. PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS.....	105
10.1 ANEXO	106
11 AUTORES.....	107
12.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108

1. APRESENTAÇÃO

Uma das expressões mais usuais do senso comum diz que a criança é o cidadão do futuro. Essa pequena frase, que parece verdadeira, carrega consigo um equívoco e um preconceito. Atribuir valor e importância apenas à vida adulta é um grande erro, pois reduz a cidadania a uma única parte da vida. Essa visão se vale de uma ideia preconceituosa em que as crianças são desprovidas de capacidade de opinião e de formar escolhas. Compreendemos a criança como sujeito social, possuindo capacidade de ação, opinião, interpretação e invenção. Mais que uma preparação para a vida adulta, a condição peculiar de desenvolvimento, presente na infância, especialmente nos seis primeiros anos de vida, atende a sua formação de personalidade, de descoberta e de entendimento do mundo. Cuidar e educar as crianças é a forma comprovadamente eficaz que promove o desenvolvimento de uma pessoa e sua capacidade por todas as fases de sua vida ao longo dos anos.

Portanto, como afirma o Plano Nacional Pela Primeira Infância, ao investir na criança devemos considerar o valor de sua vida presente, com suas relações, com suas descobertas e realizações, mas também, atender à perspectiva do seu desenvolvimento com vistas aos projetos do futuro. A criança é ao mesmo tempo presente e futuro. Uma construção coletiva, sempre representa um desafio. A elaboração deste texto teve o envolvimento de representantes de entidade sociedade civil, de órgão governamental, conselhos e militantes da área dos direitos da criança, profissionais de diferentes secretarias e classes populares. O Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Chorozinho- Ceará, conta com a elaboração do diagnóstico inicial da situação da primeira infância no município e das ações finalistas para a atenção integral e integrada da primeira infância no município.

A metodologia principal foi pautar as ações pela orientação em rede, fundamental para a articulação política, fortalecimento das organizações comunitárias e eficiência das políticas públicas. Em nosso caso, a rede considerada é o próprio Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

2. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal Pela Primeira Infância de Chorozinho é um documento que concentra ações direcionadas à criança de 0 a 6 anos do município, valendo salientar que sua elaboração é oriunda de um processo de atividades realizadas pela comissão Inter setorial do selo UNICEF edição 2017/2022 e colaboração de diversos segmentos da sociedade civil e lideranças do executivo, legislativo, judiciário e conselheiros do direito da criança do adolescente. A Proposta do trabalho intersectorial amplia a visão de cada um, trazendo um aparato de conhecimentos e experiências da atuação de cada setor. A presente proposta tem sua origem em pesquisas, indicadores existentes e prioridades traçadas por instâncias governamentais da sociedade civil em espaços de discussão e deliberação como, ciclo de reuniões ampliadas, fóruns comunitários, visitas as instituições, tendo como norte para a sua consolidação as diretrizes gerais do Plano Nacional da Primeira Infância, LDB, proposta do Conselho nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente. Para a concretização das ações designou-se uma série de eixos referentes aos direitos da criança e do adolescente, que apresentam uma breve seção acerca do quadro situacional vigente em nosso município antecedendo as prioridades selecionadas.

Tendo como realidade a demanda extensa torna-se um desafio a seleção das prioridades, considerando seu potencial de inserção e controle durante o período de realização O Plano Nacional foi de suma importância para elaboração deste, visto que nos orienta a investir na primeira infância como um futuro melhor para o presente, onde as crianças possam viver o presente de forma justa e feliz.

Para isso, no Plano pela Primeira Infância estão traçados o marco legal, o diagnóstico da realidade e as ações finalistas (objetivos e metas) que o município precisa realizar, tendo em vista cada um dos direitos da criança afirmados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelas leis que se aplicam aos diferentes setores como Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura – Esporte e Juventude, Convivência familiar e comunitária e outros que lhe dizem respeito. O nosso Plano Municipal, teve início em 2017 à 2022, através da mobilização da sociedade civil, técnicos, organizações sociais, conselhos de políticas setoriais, e pessoas que atuam diretamente com crianças, devendo o Governo e Sociedade Civil

realizar uma articulação e avaliação em 2017, com o objetivo de garantir todos os direitos da criança, em especial a PRIMEIRA INFÂNCIA.

Em 2021, fomos orientados por capacitações do Instituto da Primeira Infância –IFAN, no qual a equipe intersetorial estadual nos orientou na atividade da árvore com as estratégias intersetoriais do Diagnóstico para fazer o levantamento de ações a realizar no município, com a metodologia de desenvolver as atividades propostas como, o diagnóstico e o marco lógico e a árvore já citada para construção do plano, a fim de atualizar e apresentar na Câmara e no Conselho da Criança e do Adolescente para ser aprovado por todos os envolvidos. O Plano Municipal pela primeira infância passou por um processo de mudanças para poder atender melhor todas as crianças do município de Chorozinho. Assim, podendo ser reformulado a cada ano para atualização de acordo com a realidade do município e passando novamente pelo CMDCA para aprovação.

A nova estruturação da matriz lógica, a partir de áreas temáticas e problemas centrais existentes no município relacionadas à primeira infância, os participantes foram lançados a pensarem em novas formas de trabalhar com as políticas públicas voltadas para as crianças, priorizando o brincar e a ludicidade. Assim a reestruturação do Plano se deu através de:

- Participação em reuniões, fóruns e seminários, online e presencial com o Comitê Estadual da Primeira Infância no SUAS e assessoria técnica do IFAN (Instituto pela primeira infância);
- Formação do Comitê Intersetorial Pela Primeira Infância;
- Encontros semanais e quinzenais com toda equipe para elaboração das atividades propostas pela equipe técnica intersetorial do Estado;
- Desenvolvimento do Diagnóstico Municipal da Primeira Infância;
- Marco Lógico: Estratégias e ações a serem implementadas no Plano;
- Aprovação na câmara e apresentado para aprovação no CMDCA.
- Árvore Intersetorial do Diagnóstico

Contudo, é preciso salientar que o caminho é bastante desafiador e por isso é tão importante a ideia de somar várias visões para se chegar aos resultados com êxito. É necessário reconhecer que o caminho é longo e perpassa por diversas dimensões que

precisam ser acolhidas por todos os órgãos envolvidos para realizar as metas e ações aqui propostas.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Chorozinho nasceu com a construção da ponte sobre o Rio Choró no de 1932, quando o Governo da época decidiu realizar tal obra em virtude da construção da BR 116, para ligar Fortaleza ao Sul do País. Por sorte, as pessoas que habitavam às ribeiras do Rio Choró, foram necessárias na construção da ponte. Com essa construção, o DNOCS instalou o acampamento dos engenheiros e operários em uma casa, a qual denominaram de Residência. O trabalho da construção da ponte, foi demorado, haja vistas as dificuldades encontradas na época para transportar o material. Desse modo, o DNOCS contratou muitas pessoas da região para trabalharem na construção da ponte. Assim sendo, essas pessoas deslavam-se de suas casas para morar nas proximidades de seu trabalho, criando-se, assim, o povoado.

Choró, segundo o dicionário Aurélio significa pequena lente que surge no sopé ou encosta de uma chapada residual e ainda Choró-Choró certa espécie de ave. Choroziñense, sua forma gentílica é nome de povo que luta, como diz nosso hino, composição do Maestro Márcio Almeida, "Povo humilde apesar das barreiras, luta sempre por dias melhores, deposita em Deus confiança e a esperança de um povo de fé".

4. DESAFIOS E MUDANÇAS

Nos primórdios da civilização humana se fundamentam a filosofia dos direitos humanos, onde inúmeros princípios embasam os sistemas de proteção humana. Ao longo da história da humanidade se fez presente as desigualdades sociais, contradizendo o pleno exercício dos direitos humanos, inserindo-se as questões de âmbito ideológico, socioeconômico e político, refletindo-se, assim, a não conscientização da sociedade em grande parte, principalmente no que tange a criança de 0 a 6 anos.

O município tem um número de Crianças entre 0 a 6 anos bastante acentuados percebendo-se que parte dessas crianças necessitam de uma atenção integral, pois vivem em condições precárias. Partindo desse pressuposto é de extrema importância uma retomada no que se refere ao grande desafio que é proporcionar uma vida de qualidade as crianças de 0 a 6 anos, em nosso município, independentemente de sua condição como ser, na certeza de que essas intervenções só contribuiram para o pleno exercício da cidadania e uma vida saudável as nossas crianças e futuros adolescentes. Sabe-se que as crianças e adolescentes são protegidos por uma série de regras e leis estabelecidas pelo país e que durante anos pode-se constatar que estes segmentos devem ser protegidos das mais variadas formas por toda sociedade. Vale salientar que a infância e a adolescência devem ser protegidas por toda a sociedade das diferentes formas de violência bem como a internalização de que a comunidade adulta é responsável por garantir o desenvolvimento integral desse grupo, pois a violência na sua totalidade impede os direitos básicos e uma melhor condição de vida.

Portanto, o arcabouço legal brasileiro traz vários instrumentos que designam os direitos das crianças e asseguram a sua proteção como a Constituição Federal Brasileira de 1988, que determina que haja "prioridade absoluta" na proteção da infância e na garantia de seus direitos, não só por parte do Estado, mas também da família e da sociedade. Compreende-se que a Constituição é o mais importante conjunto de normas de um país, que determina as atribuições e limites das instituições, os direitos dos cidadãos e os deveres do Estado. A sociedade como um todo deve participar no processo de efetivação da garantia dos direitos e deveres da criança e adolescente.

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Segundo o Marco Legal da Primeira Infância, uma das prioridades no Plano Pela Primeira Infância é reduzir as desigualdades, de forma a garantir o acesso aos serviços que atendam os direitos sem discriminação a toda criança, bem como as que têm crianças com indicadores de risco ou deficiência, essa última com prioridade nas políticas sociais públicas.

A Rede Nacional da Primeira Infância enumera 10 princípios e 13 diretrizes políticas e técnicas que fundamentaram e orientaram a elaboração do Plano Nacional pela Primeira Infância e que, conseqüentemente, serão também utilizados neste plano. Tais princípios e diretrizes, definidos a partir da discussão e decisão daqueles que participaram da elaboração do plano nacional, são frutos de uma longa trajetória de conhecimento e de vivência do trabalho com crianças e adolescentes.

Diretrizes Técnicas das metas a serem alcançadas:

- Integralidade do Plano, abrangendo todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional;
- Multisetorialidade das ações, com o cuidado para que, na base de sua aplicação, junto às crianças, sejam realizadas de forma integrada;
- Valorização dos processos que geram atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança;
- Valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com as crianças ou cuja atividade tem alguma relação com a qualidade de vida das crianças de até seis anos. Recomenda-se prestigiar o papel estratégico, expressar reconhecimento, ações que demonstrem eficiência e eficácia e divulgá-las;
- Reconhecimento de que a forma como se olha, escuta e atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela;
- Reconhecimento, também, de que a criança capta a mensagem desses sentimentos e valores pela maneira com que é tratada pelos adultos;
- Foco nos resultados: insistir e persistir no alcance dos objetivos e metas do PMPI e divulgar os avanços que vão sendo alcançados;

- Escolha de alguns objetivos e metas para acompanhar e avaliar o Plano, com indicadores sensíveis e fáceis de verificar;
- Transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e avaliação do PMPI. Esses dados servirão de indicadores para controle social da execução do Plano.

6. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DO PLANO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

O art. 11 da Lei 13.257/2016 deixa claro, a importância do monitoramento e avaliação e divulgação dos dados que vão sendo alcançados. Estes são componentes necessários para as Políticas Públicas pela Primeira Infância. Atenção à prioridade absoluta na **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no Plano Plurianual – PPA e no Orçamento**. A determinação constitucional e a opção política de situar a criança (como também o adolescente) no topo das prioridades do Estado acarretam a obrigação de incluir e manter na LDO e no PPA as determinações para que os orçamentos anuais assegurem os meios financeiros para que essa prioridade seja efetivada na prática. As crianças estão nos nossos corações, nas leis e no discurso, mas, se não estiverem no orçamento, suas vozes ecoarão no vazio.

Articulação e complementação dos Planos nacional, estadual e municipal pela primeira infância: cada esfera elabora seu Plano, de tal maneira que todos estejam articulados e se complementem respeitados as competências respectivas;

Manutenção de uma perspectiva de curto, médio e longo prazo: é preciso persistir por vários anos nos objetivos e metas para garantir condições dignas de vida e promotoras do desenvolvimento pleno a todas as crianças brasileiras. O Plano poderá ser revisitado a cada ano para análise das ações, se estão sendo executadas como foram planejadas e se necessita de mudanças para alcançar o que se propõe.

A elaboração do Plano em conjunto com governo e sociedade, gerando corresponsabilidade do Estado, da sociedade e das famílias. Assim, o PMPI resulta de um processo de cooperação sociedade e governo, desde sua concepção até a redação final, envolvendo as instituições do Sistema de Garantia de Direitos do Município, em debate aberto com toda a sociedade e, finalmente, na análise e aperfeiçoamentos no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, num processo participativo em rede, de forma intersetorial. Esse princípio é a aplicação do que determina o Art. 227, §7º, combinado com o Art. 204, II da Constituição Federal, atribuindo prioridade as regiões com maior necessidade.

Os objetivos e metas deverão ser executados pelos órgãos que compõem o Comitê Pela Primeira Infância, de modo que a avaliação interna é feita pelos próprios órgãos, e deve ser divulgados, porque as ações precisam ir além da impressão dos

funcionários de maneira que alcance toda a sociedade para obter melhores resultados. Avaliação externa é feita por meio de profissionais e instituições de fora do governo.

Portanto, fica entendido que a responsabilidade de governança do Plano Municipal Pela Primeira Infância de Chorozinho ficará sob a responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Assistência Social - SETAS que deverá acompanhar as ações e a distribuição das finanças a serem alcançadas no Plano Pela Primeira Infância. Ressaltamos que as respectivas alterações deverão ser realizadas de acordo com as portarias vigentes que fica na responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Assistência Social - SETAS, junto ao Comitê Intersetorial Pela Primeira Infância e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que acompanharão o desenvolvimento das ações, metas, avaliação anual e os objetivos previstos neste documento.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o financiamento das Políticas Públicas é de responsabilidade dos três entes federados. As despesas realizadas para efetivação das ações no Plano Municipal Pela Primeira Infância do Município de Chorozinho, ocorrerão por conta de doações próprias no orçamento público (recurso próprio e Federal) ficando autorizada parcerias com organizações governamentais e não governamentais

7. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

7.1. SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A constituição brasileira de 1988 descentralizou responsabilidade na execução das políticas públicas e colocou o desafio no desenvolvimento no município com objetivo de consolidar a atenção básica especialmente no tocante à saúde, educação e assistência social. (UNICEF). Estes são elementos fundamentais para assegurar os principais direitos da criança e do adolescente. No entanto, nos deteremos em analisar, discutir e propor neste momento, elementos referentes aos indicadores de Proteção Social. Estes são acompanhados por meio de três aspectos: Proteção básica, média e alta complexidade onde uma complementa a outra em uma lógica de prevenção, proteção, atuação e responsabilidade.

O município realiza, geograficamente um trabalho estratégico, conforme orienta o artigo 24 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, (BRASÍLIA,2013) sobre a vulnerabilidade, instruindo o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF) na Proteção Social Básica para oferecer ações e serviços socioassistenciais de prevenção continuada por meio do CRAS com famílias em situações de vulnerabilidade. O Chorozinho conta com 1 (um) CRAS, localizado na Rua Avenida Luiz Felix Pereira, Centro, onde oferece Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Programa Criança Feliz (PCF) e na proteção social especial o CREAS REGIONAL que atua no âmbito de proteção as famílias em situações de violações de direitos. No entanto, é importante que haja uma ampliação nos serviços do CRAS para abranger melhor os territórios, e atingir as melhorias necessárias diante às famílias atendidas no município, ou seja, um trabalho de intervenção, fortalecendo os vínculos, realizando atividades socioeducativas especialmente de violência sexual, física e psicológica, enfatizando que muitas vezes com envolvimento de drogas.

Os índices de violência e demais violações causadas pelo uso de drogas é um fator a ser destacado no diagnóstico, visto que, segundo registro do Conselho Tutelar os casos somam as maiores violações ocorridas dentro da Proteção Social de média complexidade.

Vale salientar que é necessário observar também o diagnóstico das demais secretarias, especialmente Saúde e Educação, pois muitos casos ocorridos nos espaços ligados a tais segmentos não são registrados como violação. Um fator bastante significativo para providenciar as melhorias nos indicadores, é a garantia do funcionamento adequado do Conselho Tutelar que deve ter local e equipamentos adequados, na medida em que o município encontra-se em processo de melhoria no tocante ao espaço e ao transporte, pois atualmente o município conta com um conselho tutelar (está dentro das questões legais), com 5 conselheiros atuando. Para tanto, considera-se necessário que haja ampliação referente aos recursos humanos, para atender melhor os casos de violação.

7.2 SECRETARIA DE SAÚDE

Cuidar de nossas crianças e adolescentes, pressupõe muito mais do que esperar dos pais a certeza da contínua situação de proteção, amparo e atenção diante das necessidades de cada ser. Tais direitos e deveres está intrinsecamente ligado às políticas públicas que devam dar condições garantidas aos pais para que se possam cuidar de seus filhos.

Na concepção mais contemporânea, as políticas públicas relativas à saúde das crianças e adolescentes demanda estratégias de acompanhamento, desenvolvimento e construção de situações e dados para direcionarmos as competências dos órgãos.

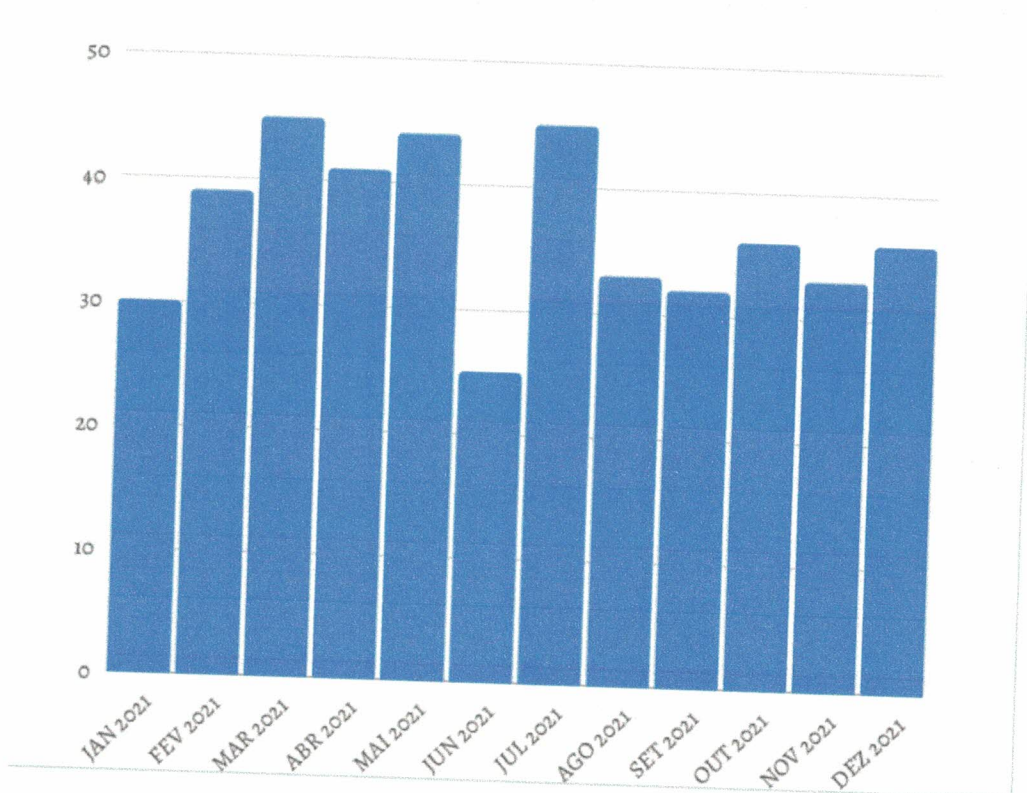
Reconhecemos progressos alcançados, porém, diferentes ações devem ser implementadas, haja visto que as transformações da sociedade, novos conceitos, alta velocidade das informações, influenciam na forma como as estratégias serão abordadas. Além da própria busca pela confirmação dos direitos à saúde, também é primordial atendermos aqueles que os atendem, dando condições de trabalho e uma boa infraestrutura, com espaços físicos adequados.

Diante desse contexto geral, em que a saúde é direito de todos, pesquisas e dados são necessários para as ações e metas, através de articulações intersetoriais, capacitações e construção de um paradigma que corresponda à reorientação, reorganização e fortalecimento do modelo de assistência, no qual a criança e adolescentes sejam vistos em seu contexto biopsicossocial e familiar.

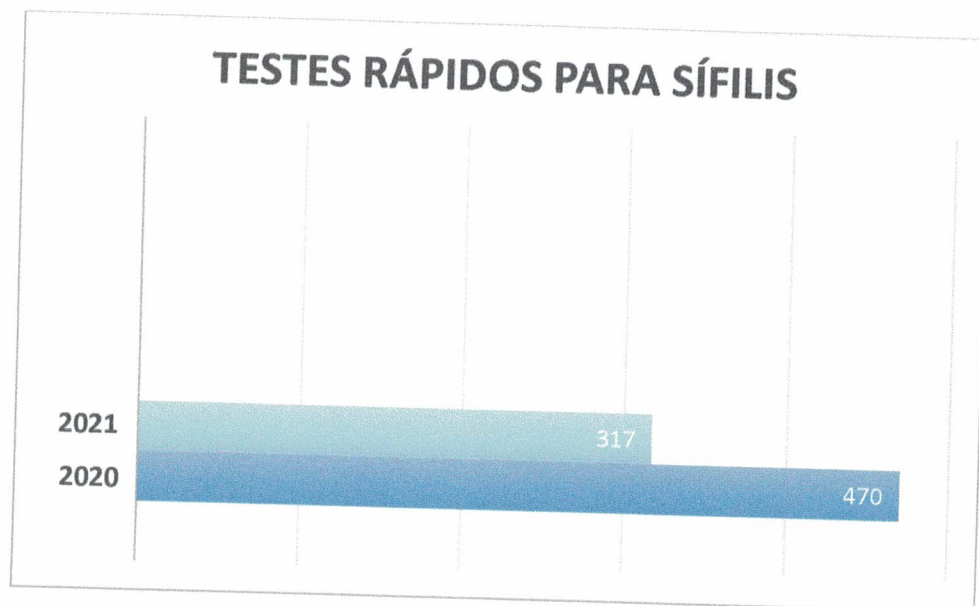
Conforme os dados da linha de base do selo UNICEF, o nosso município possui alguns indicadores que revelam fatores que devem ser avaliados e traçados metas para que sejam alcançados resultados positivos. Dessa forma, podemos destacar que a taxa de mortalidade infantil que encontra-se com índice controlado, no entanto, segundo os dados do Setor de Epidemiologia é notório a existência de causas dos óbitos associadas a prematuridade e más formações congênitas. Assim é fundamental a investigação de óbito infantil a fim de discutir as causas evitáveis desses óbitos, bem como o acompanhamento e encaminhamento das gestantes para pré-natal de alto risco. Considerando que a adolescência é uma fase em que não há preparação para oferecer a assistência adequada à criança na primeira infância. A gravidez na adolescência é outro

fator que merece destaque, mesmo tendo sido observado redução da taxa, ainda existe um número elevado de gestantes na faixa etária de 15 a 19 anos, o que mostra a necessidade de promover cada vez mais ações dentro das escolas sobre orientações de prevenção da gravidez na adolescência. O aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida da criança é fundamental para seu desenvolvimento saudável, no entanto, observa-se cada vez mais a introdução da alimentação complementar precocemente, dessa forma a Estratégia Alimenta e Amamenta Brasil é essencial para incentivar o promover o aleitamento materno e alimentação complementar saudável. Além disso, um indicador importante para o desenvolvimento saudável é a taxa de crianças de 0 a 5 anos a cima do peso, apesar do último ano ter tido redução, ainda é necessário investir em ações de prevenção a obesidade na infância, bem como, acompanhamento nutricional nas consultas de puericultura. OBJETIVO GERAL: Garantir atenção integral, humanizada e qualificada.

USG Obtétricas realizadas durante o ano de 2021



NÚMERO DE TESTES RÁPIDOS PARA SÍFILIS REALIZADOS NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS



7.3 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

De acordo com a BNCC a Educação infantil é a primeira etapa da educação básica, considerando a questão de educar e cuidar. Com isso, a BNCC trouxe a reflexão de como planejar na educação infantil, considerando os campos de experiências, seus objetivos e direitos de aprendizagem.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB Nº 5/2009), em seu artigo 4º, definem a criança como,

“Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”(BRASIL,2009).

Essa reflexão considera o que a BNCC busca garantir as crianças o cumprimento de aprendizagem e desenvolvimento. Com base nessas concepções foi elaborado as temáticas no contexto do plano municipal da primeira infância que visam o acesso e a permanência da criança na escola, no sentido de garantir a qualidade na educação infantil.

Compreendendo a primeira infância como uma instância educativa de direitos de todas as crianças, visando garantir o que traz a BNCC em relação a todos os elementos que envolve a proposta pedagógica, livro didático, currículo, formação e etc. Trazendo muitas aprendizagens e potencialidades para o desenvolvimento integral das crianças. Ressalta-se que os estímulos na educação infantil são feitos por meio de brincadeiras lúdicas favorecendo a criatividade e atuando com exercícios desde os cognitivos até os sociais. Sendo assim, a educação infantil visa preparar a criança para todos os aspectos da vida

7.4. SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

A paixão é levantada da própria terra pelas mãos enlameadas dos jovens; ele viaja ao longo das mangas manchadas de grama até o coração. Se vamos salvar o ambientalismo e o meio ambiente, devemos também salvar uma espécie indicadora ameaçada de extinção: a criança na natureza. [Traduzido]

RICHARD LOUV, Autor e Cofundador da Children Nature Network e site: childrenandnature.org

A criança passa menos tempo em contato com a natureza, consequentemente impactando a saúde, o consumismo infantil desenfreado e a sua educação ambiental. Devemos entender a complexidade da importância do papel da criança na sua relação com o meio ambiente, pois o que aprendemos, o que amamos e o que tornamos relevantes nessa etapa da vida, será primordial para nossa sobrevivência em tempos futuros.

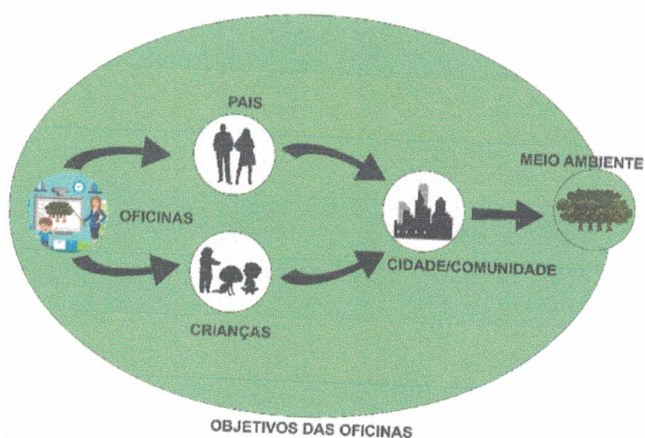
Que escolhas elas tem, se as políticas públicas apresentam somente a parte teórica? Que escolhas elas tem, se as leis apenas apresentam o direito na forma escrita? Apresentamos neste contexto do meio ambiente, a construção participativa e a educação ambiental por meio de projetos e ações, indo do teórico ao concreto.

OFICINA DE CONHECIMENTOS AMBIENTAIS: CONHECER E PRESERVAR

Como diz Weber, Lídia (2005) “*É preciso começar cedo, pois a criança começa a aprender como funciona o mundo exatamente no momento em que nasce!*”. Portanto, conhecer o seu papel diante das adversidades que o descaso a preservação ao meio ambiente lhes está causando, faz-nos rever a forma correta de inserir valores e conhecimentos.

Ressaltamos para sairmos do teórico para o concreto, sob esses aspectos de valores e conhecimentos, a realização de oficinas de conhecimentos, onde nela estaremos integrando o aluno com o tema requerido. Conforme, Vieira, Valquind (2012), *oficinas são momentos de produção de conhecimentos, que partem de uma realidade, fato concreto que são discutidos, e o conhecimento produzido é transferido para essa realidade com o objetivo de transformá-la.*

Dentro da realidade em que vivemos, destacamos a nossa região, a nossa zona, que independentemente do universo de um país imenso como o nosso, devemos criar meios palpáveis para que as crianças consigam obter o conhecimento daquilo que os tornam ser vivos, os tornam humanos. A criança precisa conhecer todos os espaços dela, como conseguir manter esses espaços, e como sabemos, a oficina prepara tudo isso por meio de atividades lúdicas, e momentos sócio-afetivo, dentro do contexto meio ambiente e sua preservação.



A oficina deverá ser acompanhada juntamente com os pais, sendo importante nessa interação o aumento do laço afetivo, contribuindo para que o conhecimento explanado nas oficinas seja desenvolvido em casa, na cidade, o que dessa forma trará benefícios para a conservação do meio ambiente. Como pode ser visto no diagrama acima, a oficina pode ser transformado não apenas em conhecimento individual, mas em benefício amplo da preservação com o conhecimento multiplicado na comunidade.

FESTA ANUAL DAS ÁRVORES

Não há como não relacionar a perda de inúmeras árvores com o crescimento urbano, dos conglomerados de concreto. Acompanhamos essa mudança como agente ativo e passivo, tendo a noção do desprendimento da diversidade de árvores que nosso sistema possui.

As árvores têm papel relevante no mundo em que vivemos, são usadas como alimentos, matéria-prima, formadoras de solo, são elas que detém o processo erosivo nos ambientes e são essenciais para a manutenção do microclima. Uma das pastas da Educação Ambiental e a preservação da vegetação nativa, com isso buscamos justificar

o presente projeto no ensejo da conscientização, visando conter o desmatamento e cuidar da nossa vegetação. A Festa anual é comemorado na última semana do mês de março.

O projeto em si, é uma parceria entre o município de Chorozinho e o Governo Estadual, que embasada no Decreto Federal Nº 55.795, de 24 de Fevereiro de 1965, instituiu a Festa Anual das Árvores, oferecendo apoio técnicos, materiais educativos, mudas de árvores, camisas, bonés e outros brindes específicos, além da divulgação pela SEMA nos meios de comunicação. Assim, o município deve agilizar em tempo hábil o plano de trabalho.

Levaremos para o público geral, inclusive, alunos da educação infantil, conhecimentos acerca da importância da conservação das árvores, principalmente as nativas, que existem no local onde vivemos, e que temos a influência direta para sua preservação. Temos que dimensionar para as nossas crianças, todo a limitação que teremos, em futuros que serão deles. Fazê-lo entender através da didática de apresentação de vídeos curtos ou filmes, dentro da perspectiva do tema, pilares para que sua percepção do olhar e ouvir sejam agentes ativos de sua realidade atual e do seu futuro, tendo ao mesmo tempo, nós como transmissores estimulando o conhecimento através do que foi visto e ouvido.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

O Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, tem como finalidade chamar a atenção de todas as esferas da população para os problemas ambientais e para a importância da preservação dos recursos naturais. A data foi instituída na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972.

Dentre os principais problemas que afetam o meio ambiente, podemos destacar o descarte inadequado de lixo, a falta de coleta seletiva e de projetos de reciclagem, consumo exagerado de recursos naturais, desmatamento, uso de combustíveis fósseis, desperdício de água e esgotamento do solo. Esses problemas e outros poderiam ser evitados se todas as esferas da sociedade se conscientizassem da importância do uso correto e moderado dos nossos recursos naturais.

Apesar de parecer uma tarefa difícil, o meio ambiente pode ser ajudado com medidas individuais bastante simples de sustentabilidade. Se cada um fizer sua parte, podemos garantir um futuro mais promissor para as gerações futuras. É papel do município desenvolver ações que despertem a população para os cuidados com o nosso planeta, e em especial com o descarte do lixo.

Nesse sentido, o município de Chorozinho se determina desenvolver a semana do meio ambiente com vistas a ressaltar através das atividades a importância da prática e do exercício diário e constante de atitudes ecologicamente positivas incentivando práticas de reaproveitamento e reciclagem de materiais (como garrafas plásticas e papel), deixando explícitas as vantagens de o fazê-lo.

Para tanto, queremos realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade, e contribuir assim para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável

De acordo com a BNCC, para garantir a experimentação desse campo, na educação infantil, promoveremos atividades em que as crianças serão convidadas a “fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações”. O conhecimento é mais assimilável nessa fase, quando é feita através da ludicidade.

7.5. SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

De acordo com Plano Nacional pela Primeira Infância (PMPI), o brincar entre a criança e o adulto favorece a um desenvolvimento saudável. Esta relação é importante pois é o adulto que irá conduzir e orientar a criança para que a mesma obtenha uma aprendizagem satisfatória, não corra risco e através da mediação ela possa compreender que o ato de brincar como algo espontâneo mas importante para o seu desenvolvimento. É muito importante que o adulto seja o mediador porém essa função mediadora requer preparação. É preciso resgatar a dimensão lúdica do adulto, muitas vezes esquecida ou recusada.

Para garantir o direito ao brincar das crianças, os espaços e o tempo para as brincadeiras devem ser pensados em todos os lugares que as crianças vivem: nas casas, nas instituições de Educação Infantil, nas comunidades, nas cidades.

Observamos que as crianças brincam em todos os tempos e em todas as culturas. “Utilizando objetos, ou não, competindo, ajudando, compartilhando, as crianças, através da brincadeira, desenvolvem e constroem o seu pensamento, a sua lógica, o seu jeito próprio de ver o mundo”. Nesse processo, surge como de fundamental importância a mediação de um adulto, onde os professores da Educação Infantil, os pais ou cuidadores podem ser alguém que irá fazer a ponte – ser mediador – ajudando a criança a expressar sentimentos, alegrias, frustrações e conquistas a partir da relação que a criança estabelece com o brinquedo e com a brincadeira

8 INDICADORES DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Dados do Responsável Pelo Preenchimento	
Nome	REGIVÂNIA DOS SANTOS SILVA
Cargo/Função no Município	TÉCNICA DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL
Tempo no exercício da função	1 ANO E 8 MESES
E-mail	regivania.santos.psi@gamaul.com
Telefone comercial	(85) 3319 – 1333
Telefone Celular	(85) 99864-4364
Período do Preenchimento (mês/ano)	JUNHO/ 2021

1. INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS

Informação do Município *1		
Nome *2	MUNICÍPIO DE ORIGEM - PACAÚS ANO DE CRIAÇÃO - 1987 LEI DE CRIAÇÃO - 11.305 TOPONÍMIA - SEU NÚCLEO DE FORMAÇÃO ORIGINOU-SE NA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE CHORÓ GENTÍLICO - CHOROZINHENSE	
Localização *3	CHOROZINHO	
Macrorregião *4	NORDESTE	
Microregião *5	MRP	
Extensão Territorial (km²) *6	CHOROZINHO 278,400 KM2	
Divisão Territorial *7	Nome do Distrito	Localização (Urbana/Rural)
	CHOROZINHO	URBANO
	CAMPESTRE	RURAL
	CEDRO	RURAL
	PATOS DOS LIBERATOS	RURAL
	TIMBAÚBA DOS MARINEIROS	URBANA
	TRIÂNGULO	URBANO
Número de localidades/ comunidades por distrito *7.1	Nome do Distrito	Número de comunidades/bairros
	- CHOROZINHO	5
	- CAMPESTRE	4
	- CEDRO	9
	- PATOS DOS LIBERATOS	9
	- TIMBAÚBA DOS MARINEIROS	5
- TRIÂNGULO	6	

Observação: os itens* 1 a * 7 ; *17, *19, referem-se ao Estado do Ceará. Para municípios de outros estados, deverão ser buscadas fontes de registro de institutos estaduais.

- *[1] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>
 *[2] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>
 *[3] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>

- *[4] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>
 *[5] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>
 *[6] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>
 *[7 e 7.1] Fonte: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2013/01/Granja_Br_office.pdf

População no último censo [2010] *8	18.915
População estimada [2020] *9	20.274
Porte Municipal [2012] *10	PEQUEENO PORTE I
Quantidade de crianças em Primeira Infância (0 a 6 anos) [2012] *11	194
IDHM *12	0,633
Região do Brasil *13	MESORREGIÃO DO NORTE
UF *14	CE
População Indígena [2010] *15	17
População Quilombola *16	0
Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM *17	17,97

*[8] Fonte: IBGE em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

*[9] Fonte: IBGE em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

*[10] Fonte: CEAS em: <http://www.ceas.ce.gov.br/index.php/documentos-importantes?cssfile=principal4.css>

*[11] Fonte: TABNET em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/abegi.exe?ibge/cnv/popce.def>

*[12] Fonte: ATLAS BRASIL em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2010

*[13] Fonte: ATLAS BRASIL em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2010

*[14] Fonte: ATLAS BRASIL em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2010

*[15] Fonte: IBGE em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

*[16] Fonte: IBGE em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>

*[17] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>

Estimativa do orçamento municipal destinado às ações para a primeira infância *18

Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no município *19	Em valores reais (R\$)	Percentual em relação ao total do orçamento municipal	
		ano anterior	ano atual
	269.900,00 (2020)	0,41	
	Setor Econômico	Percentual	
	Agricultura	14,16	SI
	Indústria	11,29	SI
	Serviços	74,56	SI
	Impostos	IPU- 61,55 ISS- 469,90 ITBI- 47,24	SI

* [18] Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

* [19] Fonte: <https://www.ipece.ce.gov.br/2016/12/16/perfil-basico-municipal-2016/>

1.1. INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS (As tabelas 1.1.1 a 1.1.6, deverão ser preenchidas com dados do último Censo Demográfico do IBGE)

1.1.1 População por situação de domicílio e sexo *20

Divisão Administrativa	Zona Urbana			Zona Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Município Total	9.600	9.315	18.915	SI	SI	TOTAL DE HOMENS E MULHERES Z.U: 11.426
						TOTAL DE HOMENS E MULHERES Z.R: 7489
						SI, DESSES DADOS SEPARADOS.

1.1.2 População por grupos de Idade *21

Divisão Administrativa	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 59 anos	Acima de 60 anos
Município Total	1.429	1.532	1.989	2.142	9.954	1.869

1.1.3 População por grupos de Idade *22

Divisão Administrativa	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Faixa Etária	-	-	-	-	-	-
0 a 4 anos	566	23	5	835	0	SI
5 a 9 anos	504	45	5	977	1	SI
10 a 14 anos	564	86	3	1.334	2	SI
15 a 19 anos	600	73	8	1.460	1	SI
20 a 59 anos	2.716	540	52	6.660	10	SI
Acima de 60 anos	605	58	10	1.118	3	SI
Total	5.555	825	83	12.384	17	21 P- PRETAS

1.1.4 - Existência de Registro de Nascimento *22.1

Divisão Administrativa	Tipos de Registro	
	Registro Civil	Declaração de Nascimento obtido na maternidade
Município Total	316	312
% de Crianças		
Quantidade de Crianças		0

1.1.5 Domicílios particulares permanentes, moradores de domicílios permanentes e média de moradores de domicílios particulares permanentes por situação de domicílio *23

Divisão Administrativa	Moradores em domicílios particulares permanentes												
	Tipo de Domicílio			Condição de ocupação do domicílio				Média de Moradores					
	Apartamento	Casa	Casa de Vila ou em Condomínio	HABITAÇÃO EM CASA DE CORTIÇO OU CA- BEÇA DE PORCO	Alugado	Cedido	Próprio	Outra Condição	1 Morador	2 Moradores ou mais	3 ou mais moradores		
Município													
Quantidade	1	5.453	1	4	605	844	4.001	9	563	1.085	1.455		

1.1.6. Domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento nominal domiciliar per capita *24

Divisão Administrativa	Classe de rendimento nominal domiciliar per capita (salário mínimo)								
	Até ¼	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento		
Município									
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade	1.377	1.824	1.525	379	70	35	SI	249	

NOTA: As tabelas 1.1.1 a 1.1.6, deverão ser preenchidas com dados do último Censo Demográfico do IBGE.

Observação: a fonte *20 a *24 referem-se ao Estado do Ceará. Para municípios de outros estados, deverão ser buscadas fontes de registro de <http://cidades.ibge.gov.br> do respectivo estado do município em questão.

*[20] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/24304>

*[21] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/24304>

*[22 e 22.1] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/24304>

*[23] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/24304>

*[24] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/23/24304>

SITUAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO

INDICADORES DE SAÚDE: (Conforme instruções de preenchimento o período de referência das informações será sempre o ano anterior ao do preenchimento ou o mais atual possível)

CRIANÇAS COM SAÚDE								
Em relação ao pré-natal								
Indicador	Quantidade/ Porcentagem de gestantes com início do pré- natal no 1º trimestre de gravidez [2020] *25	Quantidade de gestantes com 7 ou mais consultas pré- natal - Segundo município de residência / Dados atualizados até 08/09/2020 *26	Número de casos confirmados de sífilis congênita em menores de 5 anos [2019] *27	Quantidade/ Porcentagem de gestantes que realizaram o Teste Anti-Hiv e obtiveram resultados antes do parto *28	Quantidade/ Porcentagem de gestantes Vacinadas com tétano Neonatal *29	Quantidade de gestantes com idades entre 10 e 19 anos - Segundo município de residência / Dados atualizados até 08/09/2020 *30	Número de gestantes com sintomas de depressão ou vítima de violência acompanhadas em serviços especializados *31	
Total (Quantidade/ Porcentagem)	80%	214	0	447	119	43	0	

*[25] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[26] Fonte: <http://extranet.saude.ce.gov.br/tabulacao/deftohtm.exe?sim/nascimento.def>

*[27] Fonte: <http://indicadoreffisilis.aids.gov.br/>

*[28] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[29] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[30] Fonte: <http://extranet.saude.ce.gov.br/tabulacao/deftohtm.exe?sim/nascimento.def>

*[31] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Em relação à gestação, parto e puerpério							
Indicador	Número de unidades de saúde com ofertade serviços obstétrico no município - Total *32	Total de partos naturais do total de partos registrados no município - Segundo município de residência / [2019] *33	Total de partos cesáreos - Segundo município de residência [2019] *34	Número de partos domiciliares / registrados [2019] *35	Número de atendimento de puericultura registrados *36	Quantidade de gestantes com acompanhante antes e durante trabalho de parto e pós- parto *37	Quantidade de puérperas que tiveram acesso a alojamento conjunto com o recém nascido, conforme a lei 1.108/2005 *38
Total (Quantidade/ Porcentagem)	01	113	198	0	655	311	100%

*[32] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[33] Fonte: <http://extranet.saude.ce.gov.br/tabulacao/deftohtm.exe?sim/nascido.def>

*[34] Fonte: <http://extranet.saude.ce.gov.br/tabulacao/deftohtm.exe?sim/nascido.def>

*[35] Fonte: <http://extranet.saude.ce.gov.br/tabulacao/deftohtm.exe?sim/nascido.def>

*[36] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[37] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[38] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Indicador	Mortalidade Materna			
	Mortalidade Materna Por Faixa etária - 10 a 14anos / [2018] *39	Mortalidade Materna Por Faixa etária - 15 a 19anos / [2018] *40	Mortalidade Materna Por Faixa etária - 20 a 29anos / [2018] *41	Mortalidade Materna Por Faixa etária - 30 a 39anos / [2018] *42
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	0	0

*[39] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defohtm.exe?sim/cnv/mat10ce.def>

*[40] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defohtm.exe?sim/cnv/mat10ce.def>

*[41] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defohtm.exe?sim/cnv/mat10ce.def>

*[42] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defohtm.exe?sim/cnv/mat10ce.def>

Em relação à criança até 6 anos					
Indicador	Quantidade/ Porcentagem de óbitos neonatais do total de nascidos vivos - Segundo município de residência / [2018] *43	Taxa de mortalidade infantil *44	Número de óbitos evitáveis em menores de 5anos - Segundo município de residência / [2018] *45	Quantidade/ Porcentagem de crianças até4 meses com aleitamento materno exclusivo / [2015] *46	Quantidade/ Porcentagem de crianças menores de 1 ano com vacina Hepatite B *48
Total (Quantidade/ Porcentagem)	02	9,25%	00	38	300

*[43] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defohtm.exe?sim/cnv/mat10ce.def>

*[44] Fonte: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/39/0/\(2017\)](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/39/0/(2017))

*[45] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabegi.exe?sim/cnv/evita10CE.def>

*[46] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defohtm.exe?siab/cnv/SIABSec.def>

*[47] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defohtm.exe?siab/cnv/SIABSec.def>

*[48] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Em relação à criança até 6 anos

Indicador	Quantidade/ Porcentagem dos nascidos vivos que realizaram a triagem neonatal *49	Total de crianças menores de 2 anos desnutridos / [2015] *50	Crianças menores de 5 anos com pelo menos 1 registro sobre consumo alimentar no SISVAN. *51	Estratégia Alimenta Brasil - O município ter pelo menos uma unidade certificada. *52	Crianças menores de 5 anos com pelo menos 1 registro de estado nutricional do SISVAN. *53	Quantidade de crianças até 6 anos com obesidade infantil *54	Quantidade de crianças até 6 anos com diabetes *55
Total (Quantidade/ Porcentagem)	255	18	SI	1	886	114	00

*[49] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[50] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[51] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABSec.def>

*[52] Fonte: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index/> / 2020

*[53] Fonte: http://aps.saude.gov.br/ape/promocao_saude/amamenta

*[54] Fonte: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index/> / 2020

*[55] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Indicador	Em relação à criança até 6 anos					
	Quantidade/ Porcentagem de crianças com até 6 anos com defici- ciência auditiva *56	Quantidade/ Porcentagem de crianças até 6 anos com defici- ência visual *57	Quantidade/ Porcentagem de crianças com até 6 anos com de- ficiência motora *58	Quantidade / Porcentagem de crianças com deficiência men- tal *59	Quantidade de crianças até 6 anos com defi- ciência acom- panhadas em serviços especia- lizados no muni- cípio *60	Quantidade de crianças no município com microcefalia re- lacionada a Zika congenita *61
Total (Quantidade/ Porcentagem)	01	00	04	09	0	0

*[56] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[57] Fonte: : Secretaria Municipal de Saúde

*[58] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[59] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[60] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[61] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Gestão do serviço de saúde						
Indicador	Número de equipes de Saúde da Família *62	Taxa de cobertura do PSF (número de famílias cadastradas no PSF) / [2015] *63	Quantidade / Porcentagem de crianças com caderneta de saúde em acompanhamento pelas equipes de saúde. *64	Quantidade/ PORCENTAGEM de unidades da saúde que disponibilizama caderneta de saúde da criança. *65	Campanhas, programas ou ações realizadasno ano em cursode incentivo ao pré-natal *66	Campanhas, programas ou ações realizadasno ano em cursode incentivo ao parto natural *67
Total (Quantidade/ Porcentagem)	09	100%	100%	100%	09	09

*[62] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[63] Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?siab/cnv/SIABFce.def>

*[64] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[65] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[66] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[68] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[69] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Gestão do serviço de saúde						
Indicador	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de incentivo ao aleitamento materno *68	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da mortalidade materna *69	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da mortalidade infantil *70	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da desnutrição infantil *71	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso visando a redução da obesidade infantil *72	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de preparação de pais visando a paternidade/maternidade responsável *73
Total (Quantidade/ Porcentagem)	02	02	04	04	04	02

*[70] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[71] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[72] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[73] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Gestão do serviço de saúde					
Indicador	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de promoção de ações de saúde auditiva na primeira infância *74	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de promoção de ações de saúde ocular na primeira infância *75	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de promoção de ações de saúde bucal na primeira infância *76	Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de saúde mental na primeira infância *77	Outras Campanhas, programas ou ações realizadas no ano em curso de incentivo ao pré-natal *78
Total (Quantidade/ Porcentagem)	02	08	08	02	08

*[74] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[75] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[76] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[77] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[78] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

*[79] Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Nota: A busca dos dados se deu no ano mais recente

EDUCAÇÃO INFANTIL

Indicador	Número de creches e estabelecimentos com creches - Total / [2018] *80	Pública / [2018] *81	Privada / [2018] *82	Número de matrículas de crianças até 3 anos na modalidade creche / [2018] *83
Total (Quantidade/ Porcentagem)	11 (2018)	11	0	512

*[80] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[81] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[82] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[83] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

Indicador	Número de matrículas de crianças de 4 e 5 anos e 11 meses na educação infantil .PRÉ-ESCOLA / [2018] *84	Números de centros de educação infantil *85	Números de educação infantil / [2018] *86	A Secretaria Municipal de Educação está de acordo com as competências gerais da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) *87	O município possui proposta curricular da educação infantil *88
Total (Quantidade/ Porcentagem)	561 (2018)	2 (2020)	11 (2018)	SIM	SIM

*[84] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[85] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[86] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[87] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[88] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	Números de professores da educação infantil / [2018] *89	Número de alunos por docentes em creche *90	Número de alunos por docentes em pré-escola *91	Docentes com curso superior em creches *92	Docentes com curso superior em pré-escola *93
Total (Quantidade/ Porcentagem)	48 (2018)	20	22	42	38

*[89] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[90] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[91] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/78117>

*[92] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[93] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	Quantidade de instituições de educação infantil com ofertas diárias de merenda / [2019] *94	Número de instituições de educação infantil de atendimento integral para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses - Creche / [2019] *95	Número de instituições de educação infantil de atendimento integral para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses / [2019] *96	Número de instituições de educação infantil de atendimento integral para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses com necessidades educacionais especiais inseridos na educação infantil *97
Total (Quantidade/ Porcentagem)	12 (2019)	01	01	18

*[94] Fonte: <http://www.fnnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>

*[95] Fonte: <http://www.fnnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>

*[96] Fonte: <http://www.fnnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>

*[97] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	Número de alunos até 5 anos e 11 meses inseridos em programa de atendimento especializado para crianças com necessidades educacionais especiais *98	Número de salas do AEE / [2019] *99	Número de docentes que possuem especialização em AEE *100	Número de crianças até 6 anos que utilizam transporte escolar *101	Quantidade de instituições de educação infantil que tem representação de alunos no conselho escolar *102
Total (Quantidade/ Porcentagem)	18	03	0	645 (2020)	12

*[98] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[99] Fonte: <http://www.fnde.gov.br/pnae/web/publico/relatorio/DelegacaoEstadual.do>

*[100] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[101] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[102] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	Número total de recursos educacionais (biblioteca/ sala de estudo, parque infantil e sanitário em creches no município) *103	Número de recursos educacionais (biblioteca/sala de estudo, parque infantil e sanitário em pré - escola no município) *104	Quantidade de instituições de educação infantil que contemplam em seus projetos pedagógicos temáticas desenvolvem atividades de educação ambiental *105	Quantidade de instituições de educação infantil que contemplam propostas pedagógicas, currículos e materiais didáticos referentes a diversidades étnicas-raciais com vista a promoção da igualdade *106
Total (Quantidade/ Porcentagem)	(2020) B, SE - 03 PI - 04 SI - CRECHES- 07	(2020) B, SE - 03 PI- 03 SI - 07	12	12

*[103] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[104] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[105] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[106] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	Quantidade de instituições de educação infantil que dispõem e brinquedos e jogos expressivos da diversidade étnico-racial *107	Presença de publicidade infantil em escolas -acho melhor retirar este indicador e colocar como um indicador a ser explorado na pesquisa junto as escolas, por ex: e há publicidade, que tipo? *108	Evasão escolar - Creche (0 a 3 anos e 11 meses) *109	Evasão escolar Pré-Escola (4 a 5 anos e 11 meses) *110	Quantidade de instituições de educação que disponibilizam recreio na Educação Infantil *111
Total (Quantidade/ Porcentagem)	04	NÃO	(2020) 08	03	12

*[107] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[108] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[109] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[110] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[111] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Indicador	As creches do município disponibilizam tempo ao ar livre para as crianças? *112	Número de crianças impactadas por programas de educação referente à cultura de sustentabilidade (CRIANÇAS QUE PARTICIPAM DE PROJETOS VOLTADOS PARA A CULTURA E SUSTENTABILIDADE) *113	Número de centros de educação ambiental, museus de história natural ou jardins botânicos *114	Quantidade de de escolas que possuem hortas ativas *115	Quantidade de instituições de educação infantil com cantinas com alguma restrição de venda de alimentos potencialmente prejudiciais a saúde da criança *116
Total (Quantidade/ Porcentagem)	SIM	0	0	0	12

*[112] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[113] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[114] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[115] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*[116] Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Nota: Os dados mais atualizados poderão ser encontrados na SME de cada município

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA~

Proteção social básica						
Indicador	Número de núcleos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para crianças de 0 a 6 anos *117	Número de crianças de 0 a 6 anos inseridas nos SCFV *118	Número de gestantes acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) *119	Número de crianças até 6 anos acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos *120	Quantidade de crianças de até 6 anos recebendo benefício de prestação continuada em relação ao total de crianças residentes no município *121	Número de famílias inseridas no programa bolsa família - Junho/2020 *122
Total	2019	2019	2019	TOTAL EM (2020 E 2021)	12	3.530
(Quantidade/ Porcentagem)	06	200	01	03		

*[117] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[118] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[119] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[120] Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>

*[121] Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>

*[122] Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>

Proteção social básica						
Indicador	Número de crianças até 6 anos inseridas no programa bolsa família - Junho/2020 *123	Número de crianças até 6 anos inseridas no CadÚnico / Data Junho/2020 *124	Número de benefícios eventuais (auxiliariedade) concedidos *125	O município possui programas de visitas domiciliares? Ex: Criança Feliz, PADIN e outros *126	Número de crianças menores de 5 anos deixadas aos cuidados de outra criança com menos de 10 anos de idade *127	Número de cuidadores de crianças menores de 5 anos que receberam informações sobre o desenvolvimento da criança via serviço de saúde, serviço de educação, serviço social ou outros no município *128
Total (Quantidade/ Porcentagem)	1.513	31	57	SIM CRIANÇA FELIZ	SI	97%

*[123] Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>

*[124] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[125] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[126] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[127] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[128] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

Proteção social especial (media complexidade)	
Indicador	Número de gestantes acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos *129
Total (Quantidade/ Porcentagem)	04 (2019)
Indicador	Número de ações de prevenções contra todos os tipos de violência relacionadas à primeira infância realizadas *130
Total (Quantidade/ Porcentagem)	04 (2019)

*[129] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[130] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

Violação dos direitos de criança					
Indicador	Vida e Saúde - Doenças Decorrentede saneamento precário - 01/01/2019 à 31/12/2019 *130	Vida e Saúde - Doença decorrente de falta de vacinação - 01/01/2019 à 31/12/2019 *131	Vida e Saúde - Falta de alimentação ou nutrição - 01/01/2019 à 31/12/2019 *132	Vida e Saúde - Vitima de tentativa de homicídio - 01/01/2019 à 31/12/2019 *134	Vida e Saúde - Atendimento médico deficiente - 01/01/2019 à 31/12/2019 *135
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	01	0	02

Violação dos direitos de criança					
Indicador	Vida e Saúde - Prejuízos por ação ou omissão de agentes externos - 01/01/2019 à 31/12/2019 *136	Liberdade, respeito e dignidade - Violência física - 01/01/2019 à 31/12/2019 *137	Liberdade, respeito e dignidade - Violência psicológica - 01/01/2019 à 31/12/2019 *138	Liberdade, respeito e dignidade - Violência sexual - 01/01/2019 à 31/12/2019 *139	Liberdade, respeito e dignidade - Mendicância (Atos atentários ao exercício de cidadania) - 01/01/2019 à 31/12/2019 *140
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	08	05	02	0

Violação dos direitos de criança					
Indicador	Liberdade, respeito e dignidade - Aliciamento para atividades ilícitas/ impróprias práticas institucionais irregulares - 01/01/2019 à 31/12/2019 *141	Liberdade, respeito e dignidade - Aprisionamento (Cárcele Privado) - 01/01/2019 à 31/12/2019 *142	Liberdade, respeito e dignidade - Discriminação - 01/01/2019 à 31/12/2019 *143	Convivência familiar e comunitária - Abandono (ausência de convívio familiar) - 01/01/2019 à 31/12/2019 *144	Convivência familiar e comunitária - Negligência - 01/01/2019 à 31/12/2019 *145
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	0	01	20

Violação dos direitos de criança					
Indicador	Convivência familiar e comunitária - Não pagamento de pensão (ausência de condições materiais) - 01/01/2019 à 31/12/2019 *146	Liberdade, Respeito, e Dignidade - Convivência familiar e comunitária - Violência sexual (0 a 6 anos) - Total - 01/01/2019 à 31/12/2019 *147	Convivência familiar e comunitária - Indefinição de paternidade - 01/01/2019 à 31/12/2019 *148	Convivência familiar e comunitária - Inadequação de convívio familiar - 01/01/2019 à 31/12/2019 *149	Convivência familiar e comunitária - Atos atentatórios ao exercício da cidadania (ausência ou impedimento de acesso a meios de transporte, impedimento de acesso à escola; não comunicação ao conselho tutelar de situação de maus-tratos) - 01/01/2019 à 31/12/2019 *150
Total (Quantidade/ Porcentagem)	06	01	01	10	0

Violação dos direitos de criança					
Indicador	Educação, cultura, esporte e lazer - Crianças de 0 a 6 anos - 01/01/2019 à 31/12/2019 *151	Educação, cultura, esporte e lazer - Condições educacionais adequadas - 01/01/2019 à 31/12/2019 *152	Educação, cultura, esporte e lazer - Violência na escola - Falta de Segurança 01/01/2019 à 31/12/2019 *153	Educação, cultura, esporte e lazer - Impedimento de permanência no sistema escolar - 01/01/2019 à 31/12/2019 *154	Profissionalização e proteção no trabalho - Trabalho infantil - 01/01/2019 à 31/12/2019 *155
Total (Quantidade/ Porcentagem)	SIM	SIM	NÃO	NÃO	0

*[130] a [155] Fonte: <https://sipaiconselhotutelar.mdh.gov.br/relatorio/violacoes-por-direito-violado>

Em relação à proteção social especial (alta complexidade)			
Indicador	Número de crianças de até 6 anos inseridas em acolhimento institucional - 01/01/2019 à 31/12/2019 *156	Número crianças de até 6 anos inseridas em famílias acolhedoras (Número de Famílias Acolhedoras) - 2020 *157	Número de crianças até 6 anos inseridas no cadastro nacional de adoção - 01/01/2019 à 31/12/2019 *158
Total (Quantidade/ Porcentagem)	0	0	0

*[156] Fonte: <https://www.cnj.jus.br/sna/estatisticas.jsp>

*[157] Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/censosuas/status_censo/relatorio.php#

*[158] Fonte: <https://www.cnj.jus.br/sna/estatisticas.jsp>

Outros Indicadores: Espaços de Lazer, Espaço - Cidade e Meio Ambiente, Estabelecimentos com produtos de Consumo Infantil; Cobertura elétrica e de Internet; Tipo de Moradia e outros

Indicador	Em relação ao lazer		
	Número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância por localização - Parques infantis *159	Número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância por localização - Brinquedotecas *160	Número de espaços de lazer temporariamente disponibilizados no ano anterior para crianças de 0 a 6 anos (circos, parques de diversão e outros) *161
Total (Quantidade/ Porcentagem)	SEDE- PRAÇA SANTO (2021) SEDE- PRAÇA HOSPITAL	0	2019 03

*[159] Fonte: SecretariaMunicipal de Assistência

*[160] Fonte: SecretariaMunicipal de Assistência

*[161] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/1/79444>

Em relação ao consumo				
Indicador	"Comércio de produtos alimentícios para crianças até 6 anos (sorveterias, yogurterias, lojas de doces e balas, pontos de comércio de alimentos destinados a nutrição infantil) *162"	Comércio de artigos mobiliários (lojas de móveis para crianças) *163	Comércio de artigos de cama, mesa e banho e/ou vestuário *164	Comércio de brinquedos, filmes e jogos infantis (Locadoras, lojas de brinquedos) [2018] *165
Total (Quantidade/ Porcentagem)	100% 03	03	95%	100%

*[162] Fonte: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico

*[163] Fonte: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico

*[164] Fonte: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico

*[165] Fonte: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico

Em relação à criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente						
Indicador	Índice de atendimento urbano de água com rede de abastecimento [2018] *166	Índice de atendimento urbano de energia elétrica com rede de abastecimento - (Índice de consumo de energia elétrica)[2018] *167	"Quantidade de domicílios com disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos *168"	"O município decretou situação de emergência ou calamidade nos últimos 5 anos? (desastre) *169"	Em caso afirmativo, o motivo *170	Número de pessoas atingidas por desastres ambientais nos últimos 12 meses *171
Total (Quantidade/ Porcentagem)	4.690	SI	0	SIM	PANDEMIA/COVID-19	0

*[166] Fonte: [http://app4.cidades.gov.br/serieHistorical/# \(2018\)](http://app4.cidades.gov.br/serieHistorical/# (2018))

*[167] Fonte: [http://app4.cidades.gov.br/serieHistorical/# \(2018\)](http://app4.cidades.gov.br/serieHistorical/# (2018))

*[168] Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura

*[169] Fonte: <https://s2id.mi.gov.br/>

*[170] Fonte: <https://s2id.mi.gov.br/>

*[171] Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura



Em relação à criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente

Indicador	O município possui plano de ocupação e uso do espaço público *172	"Os planos existentes contemplam espaços públicos planejados para serem utilizados especificamente por crianças na primeira infância? *173"	"O município prioriza a inclusão de famílias com crianças até 6 anos nas ações voltadas à melhoria das condições de moradia? *174"	O município possui cobertura de internet móvel? *175	Nº de aglomerações subnormais [2010] *176	"População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais [2010] *177"
Total (Quantidade/ Porcentagem)	SIM PLANO DIRETOR	NÃO	SIM	SIM	226	441.937

*[172] Fonte: Prefeitura Municipal

*[173] Fonte: Prefeitura Municipal

*[174] Fonte: Prefeitura Municipal

*[175] Fonte: Prefeitura Municipal

*[176] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama/>

*[177] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama/>

Em relação às ações de intersetoriais e de articulação						
Indicador	"O município participa da Rede Estadual pela Primeira Infância (REPI) ou da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI)? *178"	"O município desenvolve ações de educação ambiental voltados à primeira infância? *179"	"O município desenvolve ações de prevenção à violência? primeira infância? *180"	"O município desenvolve estudos e pesquisas na área da primeira infância? *181"	"A formação de profissionais de saúde, educação, e assistência social incorporaa temática da primeira infância? *182"	"Existem leis municipais direcionadas à primeira infância? Ex: Lei que institui a semana do bebê. *183"
Total (Quantidade/ Porcentagem)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	REALIZAMOS A SEMANA DO EBÊ. MAS NÃO TEMOS A LEI.

*[178] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[179] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[180] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[181] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[182] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[183] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

Em relação às ações de intersetoriais e de articulação					
Indicador	O município desenvolve campanhas reacionadas à exposição indevida de crianças na mídia *184	O município já realizou a semana do bebê *185	Porcentagem de arborização de vias públicas [2010] *186	Há algum projeto ou programa que incentive o acesso das crianças e suas famílias as áreas verdes urbanas? *187	Há alguma feira de troca que ocorre regularmente no município? *188
Total (Quantidade/ Porcentagem)	SIM	SIM	95,9%	NÃO	NÃO

*[184] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[185] Fonte: Secretaria Municipal de Assistência

*[186] Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama/>

*[187] Fonte: Prefeitura Municipal

*[188] Fonte: Prefeitura Municipal

Em relação às ações de intersetoriais e de articulação					
Indicador	Há alguma feira de produtos orgânicos ou outros produtos produzidos localmente que ocorra regularmente no município? *189	Há algum incentivo para a produção de alimentos? *190	Existe algum transporte público que leve as crianças e famílias até as áreas verdes da cidade ou unidades de conservação mais próximas? *191	Qual a qualidade das águas que são visíveis na cidade e qual o acesso que temos a elas e aos rios da cidade? *192	Há penalidade e fiscalização para garantir a prioridade e segurança do pedestre? *193
Total (Quantidade/ Porcentagem)	SIM	SIM AGRICULTURA FAMILIAR	NÃO	QUALIDADE- BOA FÁCIL ACESSO	SIM

*[189] Fonte: Prefeitura Municipal

*[190] Fonte: Prefeitura Municipal

*[191] Fonte: Prefeitura Municipal

*[192] Fonte: Prefeitura Municipal

*[193] Fonte: Prefeitura Municipal

7. SITUAÇÃO DE OFERTA DE SERVIÇOS/ POLÍTICAS/PROGRAMAS/PROJETOS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO

7.1 MARCAR OS ÓRGÃOS DE DEFESA E CONTROLE SOCIAL RELACIONADOS À PRIMEIRA INFÂNCIA EXISTENTES NO MUNICÍPIO

	SIM	NÃO
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	X	
Conselho Tutelar	X	
Promotoria de Justiça	X	
Defensoria Pública	X	
Vara da Infância	X	
Polícias Civil e Militar	X	
Ouvidorias		X
Entidades de defesa de direitos humanos		X
Delegacia da Criança e Adolescente		X
Outros ?		
Se outros quais?		

9 AÇÕES FINALÍSTICAS DO MARCO LÓGICO

9.1 SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersetorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Alcançar as comunidades do município com acesso à informação e conhecimentos sobre os serviços do CRAS.	Realizar campanhas informativas sobre os Serviços do CRAS	X	X		X	{01}	{02}		X		1 ano

Resultados: Levar informações e conhecimentos a pelo menos 90% das comunidades do município sobre os serviços ofertados no CRAS.
Indicador: RMA, diagnóstico territorial

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização		Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersectorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta	
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}						A ser Implantada {02}
ASSISTÊNCIA SOCIAL	REATIVAÇÃO DO COMITÊ DO SUB-REGISTRO CIVIL	MOBILIZAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO JUNTAMENTE AO CARTORIO DO MUNICÍPIO	X		FAMILIAS DO MUNICÍPIO		X					2025

Resultados: Registrar os nascidos vivos no município de Chorozinho

Indicadores: 100% DAS CRIANÇAS COM CERTIDÃO DE NASCIMENTO

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersectorial	Tempo Estimado para Alcança da Meta
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Implantar o Plano de Educação Permanente no SUAS.	Formação e capacitação planejadas dentro do Plano de Educação Permanente do município para os trabalhadores do SUAS.	X	X	Profissionais do SUAS		X	Bimestral	100%	X		2022 à 2025

Resultados: 100% dos trabalhadores do SUAS, capacitados.

Indicadores Trabalhadores no CADSUAS

Área Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersectorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Planejar e organizar o levantamento territorial para análise de dados e informações sobre vulnerabilidade e risco da população.	Capacitação para Profissional da Vigilância Socioassistencial Aquisição de programas para armazenar os dados levantados, desenvolver instrumentais pra facilitar a coleta dos dados sobre a primeira infância com toda rede.	X	X	Famílias de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade			Mensal			X	Até 2025

Resultados: Manter sistematicamente supervisionado os sistemas e coletas de dados da primeira infância da rede socioassistencial.
Indicadores: Senso SUAS, Mapa georeferenciamento, IBGE e CADUNICO

área Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersetorial	Tempo Estimado para Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Articulação entre Assistência e Educação para garantir o acompanhamento e monitoramento das crianças junto à escola. (BPC na escola)	Capacitações,, Rodas de conversa,, Campanhas educativas em consonância com os serviços, programas e projetos que visem o desenvolvimento infantil.	X	X			X		10% das famílias do bPC em acompanhamento pelo PAIF		X	Ate 2025

Resultados: Inserir 30% das crianças com BPC

Indicadores: CADSUAS

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersetorial	Tempo Estimado para Alcançar a Meta
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social		Identificação da demanda e articulação com a rede socioassistencial a partir de referência e contrarreferência no atendimento as famílias	X	X	Famílias do Criança Feliz e Infância Ceará CMIC	X		Continua	100% dos encaminhamentos feitos do Criança Feliz	X	X	2022

Resultados: Garantia de retorno da informação para efetivação do atendimento

Indicador: REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS- RMA

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersetorial	Tempo Estimado para Alcançar a Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Intensificar o atendimento do Serviço de Proteção Especializada (CREAS Regional)	Articular juntamente a gestão para que o CREAS Regional possa vir pelo menos duas vezes na semana para o município.	X	X	Crianças e adolescentes e famílias do município		X	Continua	Trazer o CREAS pelo menos 2 vezes na semana		X	2 anos

Resultados: Dar maior assistência as famílias com seus direitos violados.

Indicador: RMA

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersectorial	Tempo Estimado para Alcança da Meta
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Mapear e conhecer a situação atual do município frente as violências de crianças e adolescentes	Campanha de visibilidade sobre o CMDCA; Capacitação Comunicação entre CMDCA e CT Reformulação de Leis do CT Plano de Ação do NUCA	X	X	Crianças e adolescentes		X	Mensal	90% dos casos de violência entre crianças e adolescentes	X	X	2024

Resultados: Levantamento do número de casos de violência de crianças e adolescentes.

Indicador: Percentual de registros de casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes completos no SIPIA

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersectorial	Tempo Estimado para Alcança da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Desenvolver plano de Ação do NUCA	Desenvolvimento de campanhas de 04 temáticas como meio ambiente, racismo, prevenção na gravidez na adolescência etc	X	X	Crianças e adolescentes		X	Contínuo	Garantir que todas as ações sejam executadas	X		2024

Resultados: Despertar nos jovens o protagonismo juvenil de crianças e adolescentes.

Indicador: a ser desenvolvido

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersectorial	Tempo Estimado para Alcançar a Meta
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Oferecer atendimento conforme as políticas do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da construção da sede dos conselhos	Construção da sede dos Conselhos voltados para a primeira infância	X		Famílias, Crianças e adolescentes		X	Contínuo	Construção de uma sede		X	2025

Resultados: Espaço físico para os conselhos municipais.

Indicador: Diagnóstico Socioterritorial

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização		Alvo Direto	Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersectorial	Tempo Estimado para Alcance da Meta
			Urbana	Rural		Em execução	A ser Implantada					
Assistência Social	Realizar ações intersectoriais de conscientização e combate ao abuso de crianças e adolescentes.	Realizar rodas de conversa nas escolas junto as crianças e adolescentes; Participar de programa de rádio apresentando os índices de abuso e exploração, bem como formas de identificar e combater.			Crianças e adolescentes do município	{01}	{02}	semestral	REDUZIR CASOS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL E PREVENIR A SUA OCORRÊNCIA		X	2024
Resultados: Reduzir os casos de abuso e exploração sexual na infância e adolescência.												
Indicador: 90% de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. RMA, CREAS, DADOS DA VIGILÂNCIA E CONSELHO TUTELAR.												

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersetorial	Tempo Estimado para Alcançar a Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Estimular o desenvolvimento de potencialidades das crianças	Abriu inscrição para 1 grupo de dança contemporânea no CRAS	x		Crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos		x					2022

Resultados: Participação social e compartilhamento de vivências, habilidades e talentos.

Indicador: DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Garantir a comunidade a informação contra os tipos de violência causados na primeira infância.	Realizar campanhas informativas sobre os tipos de violência na primeira infância.	X	X	crianças e adolescentes e familiares	X		trimestral	Fortalecer os vínculos familiares e comunitário.	X	X	1 ano

Resultados: Evitar os tipos de violência contra a criança no ambiente familiar e comunitário.

Indicador: RMA, IBGE, DADOS DE VIOLÊNCIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Intersectorial	Tempo Estimado para Alcança da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Ofertar atendimento conforme as políticas do Estatuto da Criança e do Adolescente.	.Articulação com toda rede socioassistencial, intersectorial e de proteção para a qualificação dos atendimentos.	X	X	Famílias, crianças e adolescentes.	X	X	contínua	90% do público alvo		X	2024
<p>Resultados: Atender 90% do público em vulnerabilidade</p> <p>Indicadores: RMA, CREAS E CONSELHO TUTELAR.</p>												



ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter setorial	Tempo Estimado para Alcançar a Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Assistência Social	Garantir o pleno atendimento aos direitos dos bebês	Atividades lúdicas voltadas para a Primeira infância no CRAS Instituir a semana do bebê como Lei.	x	x	Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos de idade		x	contínua	100% do público alvo		x	2023

Resultados: Criação de uma Política Pública que desenvolve ações para a semana do bebê no mês de Agosto.
Indicadores: Plano diagnóstico da Primeira Infância.

9.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização		Situacao de Implementação	Períodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural						
SAÚDE	Garantir o acessoo pré-natal de qualidade desde o primeiro trimestre	Realizar acompanhamento de todas as gestantes, garantindo 7 consultas de pré-natal, em todas as UBS do município.	X	X	X	Contínuo	80% das gestantes	X		2022 a 2025
SAÚDE		Identificar a busca ativa das gestantes para início do pré-natal até, no máximo, 12 semanas de gestação.	X	X	X	Contínuo	100% das gestantes com pré-natal iniciado até 12ª semana de gravidez	X		2022 a 2025

SAÚDE		Realizar encaminhamento para pré-natal de alto risco, quando indicado;	X	X	Gestantes	X		Contínuo	100% das gestantes com indicação de pré-natal de alto risco	X		2022 a 2025
SAÚDE		Fortalecer a realização das consultas de pré-natal do parceiro;	X	X	Parceiros	X		Contínuo	70% dos parceiros	X		2022 a 2025
SAÚDE		Nos casos necessários encaminhar para Acompanhamento com Médico Especialista Gineco-obstetra;	X	X	Gestantes	X		Contínuo	90% das gestantes com indicação		X	2022 a 2025
SAÚDE		Ofertar testes rápidos de gravidez em todas as unidades de saúde do município	X	X	Gestantes		X	Contínuo	100% das UBS ofertando Teste Rápido para gravidez.	X		2022 a 2025

SAÚDE		Disponibilizar o exame de ultrassonografia obstétrica a todas as gestantes no município, nos períodos indicados.	X	X	Gestantes	X		Contínuo	100% das gestantes com indicação	X	2022 a 2025
SAÚDE		Garantir o acesso à exames laboratoriais, em tempo hábil, durante toda o período gestacional	X	X	Gestantes	X		Contínuo	100% das gestantes com exames laboratoriais realizados	X	2022 a 2025
SAÚDE		Avaliação de saúde bucal e realização de pré-natal odontológico da gestante e do parceiro;	X	X	Gestantes e Parceiros	X		Contínuo	80% das gestantes	X	2022 a 2025

SAÚDE		Incentivar e fomentar o pré-natal odontológico, iniciando as consultas até o final do primeiro trimestre gestacional, garantindo, no mínimo 3 consultas odontológicas até o parto	X	X	Gestantes	X		Contínuo	100% das gestantes com, pelo menos 3 consultas de pré-natal odontológico realizadas até o parto	X		2022 a 2025
SAÚDE	Garantir a promoção em saúde da primeira infância desde período da gestação.	Realizar grupos de gestantes, com momentos de educação em saúde nas UBS's, com participação do parceiro, abordando a importância do Aleitamento Materno, Cuidados com o bebê, e Alimentação Saudável da gestante e do bebê.	X	X	Gestantes	X		Contínuo	100% das UBS's	X		2022 a 2025

SAÚDE	Prevenção a Sífilis congênita, com realização de teste rápido das gestantes e parceiros e realizar monitoramento.	Realização de teste rápido de sífilis nos períodos de gestação indicados, com monitoramento e em casos positivos encaminhados para tratamento adequado.	X	X	Gestantes e parceiros	X		Contínuo	100% das gestantes com indicação	X	2022 a 2025
SAÚDE		Disponibilizar em todas as Unidades Básicas de Saúde testes rápidos para HIV, Hepatite B e C à todas as gestantes e parceiros	X	X	Gestantes e parceiros	X		Contínuo	100% das UBS com testes disponíveis	X	2022 a 2025

Resultados: Todas as gestantes do município com assistência à saúde durante todo o período de pré-natal
Indicador: 100% das gestantes com acompanhamento médico.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
SAÚDE	Criação de comissão intersetorial I de óbito infantil;	Realizar reuniões trimestrais para discussões de óbitos infantis. Investigar causas, e a partir das causas de cada caso existente, realizar uma avaliação estratégica de prevenção.	X	X	Gestantes e Crianças	X		Contínuo	100% dos óbitos investigados		X	2022 a 2025

Resultados: Controle e redução dos casos de óbito infantil no município.
Indicador: 100% dos óbitos infantis investigados

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
SAÚDE	Criação de comissão intersetorial de óbito infantil;	Realizar reuniões trimestrais para discussões de óbitos infantis. Investigar causas, e a partir das causas de cada caso existente, realizar uma avaliação estratégica de prevenção.	X	X	Gestantes e Crianças	X		Contínuo	100% dos óbitos infantis investigados		X	2022 a 2025

Resultados: Controle e redução dos casos de óbito infantil no município.

Indicador: 100% dos óbitos infantis investigados

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
SAÚDE	Implementar rede de apoio a gestantes e puérperas que estejam enfrentando sofrimento psicológico	Capacitar profissionais da AB par identificar, precocemente, sinais e sintomas de sofrimento mental durante a gestação	X	X	Gestantes	X		Contínuo	100% dos profissionais capacitados		X	2022 a 2025
SAÚDE		Registrar e notificar casos de tentativa de suicídio durante a gravidez e puerpério	X	X	Gestantes e puérperas	X		Contínuo	100% dos casos de tentativas de suicídio notificados		X	2022 a 2025

SAÚDE		Monitorar gestantes e puéperas, oferecendo apoio psicológico durante o pré-natal e puerpério	x	x	Gestantes e Puéperas	x			Contínuo	100% das mulheres assistidas por psicoterapia durante o pré-natal e puerpério.	x	2022 a 2025
-------	--	--	---	---	----------------------	---	--	--	----------	--	---	-------------

Resultados: Redução no número de casos de mulheres com transtornos psicológicos no pré-natal e puerpério.
Indicador: 100% das mulheres assistidas por psicoterapia durante o pré-natal e puerpério.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
SAÚDE	Promover o aleitamento materno e alimentação complementar saudável ;	Implantar a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil nas Equipes de Saúde da Família.	X	X	Gestantes e crianças	X		Contínuo	Certificar no mínimo 60% das Equipes de Saúde da Família		X	2022 a 2025.
SAÚDE		Fortalecer as consultas de puericultura, realizando IMC; orientar sobre alimentação saudável e encaminhar casos alterados para acompanhamento nutricional, utilizando a Caderneta de Saúde da Criança, monitorando o crescimento e desenvolvimento infantil	X	X	Crianças até 2 anos de idade	X		Contínuo	Acompanhamento com profissional Nutricionalista de 80% das crianças com alteração nutricional		X	2022 a 2025

SAÚDE	Promover a alimentação saudável na gestação	Identificar as gestantes com alterações nutricionais na gestação, a partir das consultas de pré-natal, e proporcionar atendimento nutricional durante todo período gestacional	X	X	Gestantes	X		Contínuo	80% das gestantes com alteração nutricional I ser acompanhada a por Nutricionista	X	2022 a 2025
SAÚDE	Promover a saúde alimentar dentro da escola	Realizar educação em saúde alimentar e monitoramento da situação nutricional, a fim de prevenir a obesidade infantil e os distúrbios nutricionais, dentro das escolas, através do Programa de Saúde na Escola, e o Programa Crescer Saudável	X	X	Crianças	X		Contínuo	100% das Escolas do Ensino Fundamental	X	2022 a 2025

SAÚDE		Intensificar ações interssetoriais para promoção de dieta saudável	X	X	Crianças	X		Contínuo	80% das escolas	X	2022 a 2025
-------	--	--	---	---	----------	---	--	----------	-----------------	---	-------------

Resultados: Baixo índice de gestante e crianças de 0 a 6 anos com alterações nutricionais.
Indicador: 80% das gestantes e crianças até 5 anos de idade com saúde alimentar.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
SAÚDE	Promover ações que fortaleçam a imunização de crianças.	Realizar monitoramento da situação vacinal das crianças de cada ESF, a fim de identificar vacinação atrasada e realizar busca ativa, juntamente com ações intersectoriais.	X	X	Crianças	X		Contínuo	95% da cobertura vacinal das crianças	X		2022 a 2025
SAÚDE		Disponibilizar, continuamente, vacinas de rotina em todas as UBS municipais	X	X	Crianças	X		Contínuo	95% da cobertura vacinal das crianças		X	2022 a 2025
SAÚDE		Informatizar as salas de vacinas das Unidades Básicas de Saúde	X	X	Crianças	X		Contínuo	100% das salas de vacinas informatiza das	X		2022 a 2025

Resultados: Redução da quantidade de crianças com vacinas em atraso.

Indicador: 95% das crianças com esquema vacinal em dias.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
SAÚDE	Desenvolver estratégias de proteção e cuidado, sobre Covid-19, que propoicionem bem-estar as mulheres durante o periodo gestacional.;	Realizar teste rápido para Covid 19 em todas as gestantes e parceiros com sítomas gripais	X	X	Gestantes e parceiros	X		Contínuo	100% das UBS disponibilizam do teste rápido para Covid a todas as gestantes	X		2022 a 2025
SAÚDE		Promover nas UBS's educação em saúde relacionadas a etiqueta sanitária voltadas à Covid 19	X	X	Gestantes	X		Contínuo	100% das UBS's realizando educação em saúde	X		2022 a 2025

SAÚDE		Disponibilizar vacinas para gestantes, contra o SARS-COV2, em todas as Unidades de Saúde do Município	X	X	Gestantes	X		Contínuo	100% das UBS do município com vacinas contra a SARS-COV2	X		2022 a 2025
Resultados: Todas as mulheres com assistência contra a Covid-19 durante o pré-natal Indicador: Baixos índices de Covid-19 em mulheres durante o período gestacional.												

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
SAÚDE	Ampliar a oferta de capacitações em atenção à saúde da criança.	Capacitação para os profissionais de saúde sobre a atenção integral e ampliada na saúde da criança, desde o pré-natal	X	X	Profissionais de saúde		X	Contínuo	100% dos profissionais capacitados	X		2022 a 2025

Resultados: Profissionais capacitados e treinados para oferecerem saúde de qualidade as crianças.
Indicador: 100% dos profissionais capacitados.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta	
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}						
SAÚDE	Desenvolver nas UBS's atividades que estimulem a maternagem e apoio à participação do pai, bem como vínculo familiar;	<p>Criar nas unidades de saúde atividades de fortalecimento de vínculo familiar (grupos de estimulação e fortalecimento do vínculo e realizar oficinas de Shantala com mãe e criança).</p> <p>Enfatizando a realização do pré-natal do parceiro (participação do pai no pré-natal);</p>	X	X	Gestantes e parceiros	{01}	{02}	x	Contínuo	70% das Unidades Básicas de Saúde realizando essas atividades		x	2022 a 2025

Resultados: Aumento da frequência de parceiros nos prenatais.

Indicador: 70% das Unidades Básicas de Saúde realizando essas atividades.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Publico AlvoDireto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
SAÚDE	Ampliar as ofertas de atenção especializada	Construir Centro de Reabilitação, para proporcionar atendimento individual e coletivo, com equipe multiprofissional voltada para estimulação do desenvolvimento infantil de crianças com alteração no desenvolvimento.	X	X	Crianças e responsáveis		X	Contínuo	Atender 60% das crianças com alteração no desenvolvimento.		X	2022 a 2025

Resultados: Ofertar atenção especializada para todas as crianças que tenham necessidade de acompanhamento..

Indicador: Atender 60% das crianças com alteração no desenvolvimento

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
SAÚDE	Fortalecer a promoção da saúde da criança dentro da escola, a fim de contribuir para qualidade e eficiência do aprendizado escolar	Desenvolver atividades do Programa Saúde na Escola (PSE) voltadas para a criança, abordando os temas de promoção da cultura depaz e prevenção das violências.	X	X	Crianças em idade escolar	X		Contínuo	100% das escolas realizando atividades de promoção de saúde do Programa de Saúde na Escola		X	2022 a 2025

Resultados: Todas as crianças assistidas pelo Programa Saúde na Escola

Indicador: 100% das escolar realizando atividades de promoção de saúde do Programa Saúde na Escola

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
SAÚDE	Garantir que a criança saia do Hospital Municipal com seu registro de Nascimento	Realizar parceria entre Hospital Municipal Maria da Conceição de Carvalho e o Cartório Municipal, para que garantirá o Registro Civil das Pessoas Naturais do município de Chorozinho, desde o nascimento.	X	X	Crianças e responsáveis	X		Contínuo	Todas as crianças nascidas no Hospital Municipal tenham o Registro Civil até alta hospitalar		X	2022 a 2025
SAÚDE	Desenvolver ações de busca ativa das crianças sem certidão de nascimento.	Realizar a busca ativa das crianças sem certidão de nascimento durante as consultas de puericultura, vacinação e visitas domiciliares realizadas pelas Agentes Comunitárias de	X	X	Pais e crianças	X		Contínuo	Garantir o Registro Civil de todas as crianças que constam ter apenas Declaração de Nascidos Vivos		X	2022 a 2025

Saúde																					
<p align="center">Resultados: Redução do número de crianças sem Registro Civil. Indicador: Garantir o Registro Civil de todas as crianças.</p>																					

9.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Educação	Incentivar uma busca ativa de forma contínua visando a frequência do aluno diariamente.	Reuniões de pais e mestres; Utilizar de vários de comunicação (rádio e internet) Para o repasse de informações. Visita aos alunos para incentivar a importância do retorno presencial.	X	X	Alunos de Creche e Pré-escola	X		2021/2022	90% dos alunos matriculados		X	Dezembro de 2022

Resultados: Espera-se que as ações desenvolvidas de forma inter-setorial alcance o retorno positivo de alunos das creches e pré-escola.
Indicador: Porcentagem de alunos na rede de ensino.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Educação	Melhorar o ensino aprendizagem e reforçar a qualidade da educação. Desenvolver estratégias de ensino aprendizagem, que possam resultar numa melhoria da qualidade de ensino ofertado.	Realização de uma sondagem, para identificar em que nível de aprendizagem a criança se encontra. Elaborar projetos visando o desenvolvimento integral das crianças; Envolver as famílias e os profissionais da educação para que a aprendizagem aconteça de forma satisfatória.	X	X	Alunos de Creche e Pré-escola e profissionais da educação		X	09 meses	90% dos alunos matriculados		X	Dezembro de 2022

Resultados: Redução do atraso na aprendizagem advindos da pandemia e das situações conforme o ensino ocorreu.
Indicador: Família, alunos, gestores e professores qualitativo a ser desenvolvido.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Educação	Oferecer uma educação inicial de qualidade as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. Otimizar a qualidade da educação infantil no município de Chorozinho, através de estratégias que priorizem o acesso a permanência, assegurando os direitos de aprendizagem de acordo com a BNCC.	Envolver a participação da comunidade no PPP; Planejar, promover, orientar ações que visem a qualidade de ensino e a preparação dos profissionais que nele estão inseridos.	X		Bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas	X		12 meses	100% dos alunos matriculados		X	Dezembro de 2022

Resultados: Garantir uma creche de qualidade atendendo a demanda local.
Indicador: Quantidade de crianças com acesso a creche e pré-escola.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	Inter-setorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Educação	Fomentar a formação de professores e as políticas públicas para área de Educação Especial na perspectiva da inclusão; Reestruturar as práticas pedagógicas.	Formação continuada para os professores; Realização de propostas de interação com profissionais da área da educação especial; Revitalização na elaboração de estratégias referente às práticas pedagógicas.	X	X	Alunos com apresentam deficiências de Creche e Pré-escola e profissionais da educação.		X	03 meses	100% dos alunos matriculados		X	Junho 2022

Resultados: Acompanhamento do processo de aprendizagem das crianças com deficiências.
Indicador: Alunos, gestores e professores qualitativo a ser desenvolvido.

9.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	InterSetorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Educação e Agricultura	Implantar e reativar hortas nas escolas de educação infantil	Buscar parcerias e mobilizar a instituição escolar e pais dos alunos para implantar e reativar hortas nas escolas	X		Alunos, professores, gestores e famílias		X	Annual	80% das instituições de educação infantil		X	2 ano

Resultados: Uma complementação saudável na alimentação escolar, além da importância do conhecimento sobre a produção de alimentos nutritivos.

Indicador: Manutenção da rotina de cuidados na horta, onde as crianças manterão contato, colhendo e usufruindo das hortaliças produzidas.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	InterSetorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Publico Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Educação e Meio Ambiente	Conhecer o meio ambiente e sua relação com o indivíduo	Realizar oficinas promovendo através da ludicidade o estímulo ao conhecimento humano científico e socio afetivo.			Alunos, e famílias			Annual	90% dos alunos das instituições de educação infantil		X	2 ano

Resultados: Inserir conhecimentos do meio ambiente, juntamente com a família, tornando progressivo a relação socio afetiva que advem do lar para a escola.
Indicador: Melhoria do Meio ambiente nas instituições e em suas residencias.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização		Direto	Situação de Implementação		Periodicidade da Ação	Meta	Setorial	InterSetorial	Tempo Estimado para o Alcance da Meta
			Urbana	Rural		Em execução	A ser Implantada					
Educação e Meio Ambiente	Demonstrar, a importância das árvores nativas, buscando sua preservação.	Expor através de vídeos curtos ou filmes fatos concretos da importância das árvores nativas, além de material didático.	X		Alunos e professores	{01}	{02}	Annual	50% dos alunos das instituições escolares E 50% das secretarias municipais		X	1 ano

Resultados: conscientizar e sensibilizar a população sobre a importância das árvores para o equilíbrio da vida no planeta e para o bem-estar dos cidadãos.

Indicador: Preservação acentuada do Meio ambiente nas instituições e em suas residencias.

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	InterSetorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Educação e Meio Ambiente	Desenvolver a Semana do Meio Ambiente tendo em vista sensibilizar a população sobre a importância do consumo consciente, a preservação dos seres.	criar espaços de debate na sociedade e nas escolas, atividades lúdicas, passeios ecológicos na região, materiais didáticos	X		Alunos, professores, gestores e famílias	X		Annual	50% dos alunos das instituições escolares E 50% das secretarias municipais		X	1 ano

Resultados: Conscientização e sensibilização dos alunos, gestores e familiares sobre a importância do consumo consciente e a preservação de um ambiente propício para todos os seres.

Indicador: Empenho acentuado dos alunos, professores, gestores e familiares na preservação do seu ambiente e de outros seres..

9.5 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	InterSetorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução {01}	A ser Implantada {02}					
Cultura	Incentivar a leitura nas crianças	Implantar espaços de leitura infantis e contação de histórias. Nos centros educacionais	X		Crianças		X	Annual	80% das crianças		X	2024

Resultados: Desenvolvimento cognitivo, físico e socioemocional das crianças.

Indicador: quantitativo de crianças com aspectos de desenvolvimento em leituras..



ÁREA Temática	Objetivos	Ações	Territorialização			Situação de Implementação		Periodicidade e da Ação	Meta	Setorial	InterSetorial	Tempo Estimado para o Alcançe da Meta
			Urbana	Rural	Público Alvo Direto	Em execução	A ser Implantada					
Cultura	Desenvolver aspectos emocionais positivos nas crianças através das brincadeiras	Implantar espaços de brincar em creches, praças e parques.	X		Crianças	{01}	{02}	X	Crianças das creches e escolas, e com vulnerabilidade social		X	2024

Resultados: Garantir o direito da criança de construir sua cultura por meio de brincadeiras.

Indicador: frequência de crianças nos espaços

10 PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS

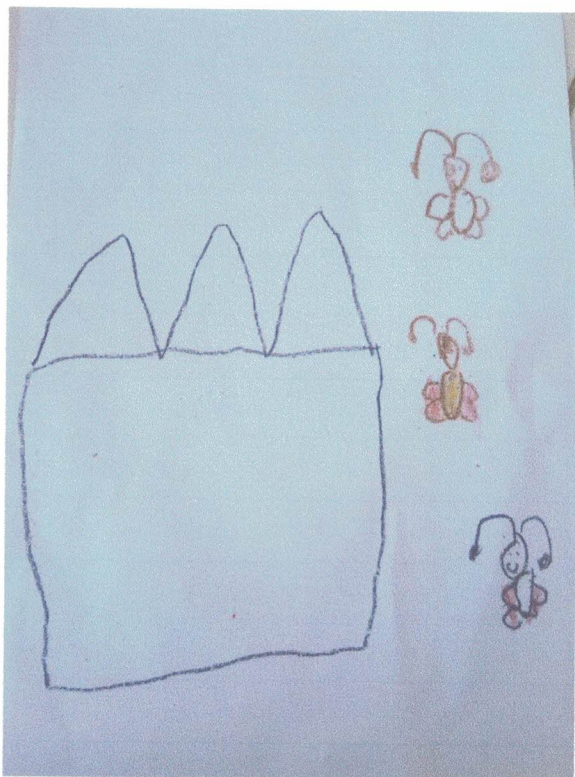
De acordo com o Plano Nacional da Primeira Infância que prioriza a escuta e o direito de brincar da criança como uma necessidade que acarreta características próprias que possibilitam que a criança se desenvolva de forma integral. Dessa forma, foi feita uma ação intersetorial no Colégio Educacional Infantil - CEI, da sede com a proposta de brincadeiras, roda de conversa, desenhos e pinturas para identificar os tipos de brincadeiras às crianças gostam.

A atividade foi realizada em três momentos, apresentação do grupo para propiciar uma aproximação entre as crianças e os facilitadores, roda de conversa e desenhos, posteriormente a identificação de possíveis propostas para serem desenvolvidas no Plano da Primeira Infância. É de suma importância frisar que a escuta das crianças faz parte do processo de elaboração do PMPI. Portanto, foi muito importante esse momento de escuta das crianças, cada uma demonstrou através dos desenhos e conversas, a sua realidade na escola e no ambiente familiar.

Quero ressaltar a importância do Marco Legal da Primeira Infância que deu um importante passo, ao estender o direito de fala e participação de toda criança na faixa etária da Primeira Infância. Essa iniciativa de ouvir as crianças fez com que criasse um novo olhar de cidadania para a criança a partir do seu nascimento, tendo uma participação política e social muito importante para a construção do plano. Tudo isso implica na percepção da criança como sujeito ativo da sociedade e não objeto, criança com a capacidade de se desenvolver de perceber o que sente e o que acontece com ela. De forma que ela não é passiva, mas que aprende a entender o que se passa ao seu redor, poder ver as coisas ao seu jeito próprio e não meramente se molda por um adulto. Veja nos anexos os registros do momento de acolhimento e escuta das crianças, alguns desenhos feito por elas.

ANEXO

DESENHOS DAS CRIANÇAS NA AÇÃO FEITA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL



11 AUTORES

- Regivânia dos Santos Silva
- Cosmo Vital Lino
- Judite Holanda Lima de Freitas
- Hérica Patrícia dos Santos Lima
- Angélica Carmen Santiago de Sousa
- Waldeval de Sousa Silva
- Maria Aline Pereira de Oliveira Silva

12 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASE DE DADOS MUNICIPAL: Secretarias De Assistência Social, Educação, Saúde e Meio Ambiente de Corozinho/Ce, 2018;

CADASTRO ÚNICO; base municipal de Chorozinho/Ce, 2018;

FESTA ANUAL DAS ÁRVORES. Disponível em <https://www.sema.ce.gov.br/educacao-ambiental/campanhas-educativas/> Acesso em 12/02/2022;

GUIA para elaboração do Plano Municipal Pela Primeira Infância, Rede Nacional Primeira Infância- 2 ed. Rio de Janeiro, 2017;

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Secretaria Nacional de Proteção a Primeira Infância, Sistema ePCF;

OBSERVATÓRIO DO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA. Indicadores. Disponível em: <https://rnpioobserva.org.br/>. Acesso em 09/02/2022;

PLANO NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA: 2010 - 2022 | 2020 – 2030;

SEMANA DO MEIO AMBIENTE Disponível em <https://www.sema.ce.gov.br/educacao-ambiental/campanhas-educativas/> Acesso em 10/02/2022;

VIEIRA, Elaine, VALQUIND, Lea. “Oficinas de Ensino: O quê? Por quê? Como?”. 4º ed. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2002;

WEBER, Lídia “Eduque com carinho-equilíbrio-entre-amor-e-limites”. 4ª ed. Curitiba. EDITORA JURUÁ, 2005.

Francisco Erikson de Moraes Lima
PRESIDENTE DO CMDCA

Chorozinho, 08 de março de 2022

- Art. 3º – Esta Resolução Normativa entra em vigor, na data de sua publicação, anos.
- Art. 2º – Estabelecer que o presente Plano Municipal seja configurado como Diretriz para a elaboração e execução de Políticas Públicas voltadas à atengão de crianças de 0 a 6
- Art. 1º – Aprovar o Plano Municipal da Primeira Infância.

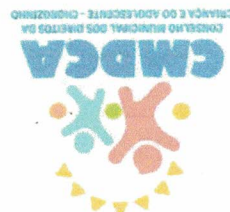
RESOLVE:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chorozinho - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Municipal, considerando a decisão do Colegiado em Reunião Geral Extraordinária realizada em 01 de março de 2022.

Dispõe sobre o Plano Municipal da Primeira Infância

Resolução Nº 001/2022

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, 766 - Bairro Centro
CEP: 62.875-000 - Chorozinho - CE
Tel. (85) 3319-1333



Handwritten notes on lined paper, including the name "Francisco Marques de Moraes" and other illegible text.

Conselheiros Municipais:

João Wilson de Moraes Lima

S. Paulo S. Santos

Raimundo de Faria Alves Batista

Mediane Oliveira da Silva

Francisco Marques de Moraes

M. Paulo Alameda de Siqueira

Francisco de Souza Lima



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
 Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, 766 - Bairro Centro
 CEP: 62.875-000 - Chorozinho - CE
 Tel. (85) 3319-1333

